



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Engenharia
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Tássia Mizael Camargo Rocha

**INSURGÊNCIAS NA PRÁTICA: EM BUSCA DE UM URBANISMO
MAIS HUMANO**

Monografia apresentada ao curso de
Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito
parcial para conclusão da disciplina
Trabalho Final de Graduação I.

Orientador: Prof. M. Sc. Douglas Montes

Juiz de Fora
Julho/ 2017

Agradecimentos

Dedico este trabalho à minha família e aos meus amigos.

Hoje sou um pouco de tudo e todos. As experiências que vivi, os lugares que passei, as pessoas que conheci... Coisas boas, coisas ruins.... Tudo serve para aprendizado e evolução, então em primeiro lugar sou grata por todos estes anos de incontáveis histórias, amigos, luta, arquitetura, urbanismo, músicas, vivências e trocas que tive o prazer de viver durante o tempo de graduação.

Agradeço aos meus pais por todo o esforço, pelos sacrifícios que já fizeram e fazem por mim e pela minha educação, por terem me deixado escolher o que eu queria, mesmo que eu não fizesse a menor ideia de onde estava me metendo naquele momento (e por acaso foi a melhor escolha que eu poderia ter feito na vida), por serem as pessoas maravilhosas que são e sobretudo por terem me criado para o mundo, o que fez toda a diferença tanto na minha formação pessoal quanto na profissional. A Latoyinha pelos todos os anos de companheirismo e amor! Amo vocês!

Agradeço a todos os meus familiares, minha fofinha (vó teté), minhas tias, meus tios, primos e primas, por todo o amor, por tanto orgulho, pelo carinho e pela compreensão em todos os momentos em que eu não pude estar mais presente. Obrigada, amo vocês!

Agradeço a todos os escritórios, lugares e pessoas com as quais trabalhei durante esse tempo. Tive muita sorte, pois pude conhecer pessoas especiais que guardo no coração e levo para a vida. Aprendi muito com cada um, através da convivência diária, trocas de ideia, acertos e principalmente com os erros. Em especial aos queridos amigos do Ateliê Prático +maisJF, obrigada pela parceria de vida e luta que temos firmado nos últimos tempos e que possamos continuar juntos na caminhada.

Agradeço a todos os meus amigos, os de antes da faculdade (que permaneceram), aos da minha sala original, aos que fiz através da vivência no CACAU, aos mais que amados da ComOrg EREA Ibiti 2012, a todos aqueles que fiz em cada turma que passei durante esses anos desperiodizados, aos que fiz durante a mobilidade na UFF, a todos aqueles que pude conhecer por causa da FeNEA e dos encontros que ela nos proporciona, aos que adquiri não por causa dela, mas durante a faculdade. A todos, obrigada! Viva os encontros da vida! Grande parte do que sou

hoje vem da convivência com tantas pessoas maravilhosas!!! Sem vocês eu não seria a mesma...

Aos mestres que fizeram a diferença na minha formação, tanto na UFJF quanto na UFF, obrigada, vocês foram essenciais! Em especial ao meu querido orientador Douglas, agradeço pela amizade, paciência, carinho, questionamentos e discussões que foram muito importantes para chegar até aqui. Suas experiências de vida e luta são um exemplo para mim! Muito obrigada!

Enquanto os arquitetos não fizerem política, os políticos continuarão fazendo arquitetura.

VÁZQUES.

Resumo

O tema abordado neste trabalho são as práticas insurgente de arquitetura e urbanismo, que induzem o conflito e a politização no espaço urbano através de uma real participação popular e da difusão da arquitetura. O objetivo deste trabalho é apresentar possibilidades reais de se traçar um futuro diferente, mais humano e igualitário nos espaços invisibilizados da cidade. O enfoque teórico se deu baseado em uma corrente de pensamento mais contemporânea, que foge ao planejamento inclusivo liberal e busca reinventar as formas de ação do arquiteto urbanista na cidade. Ao final, conclui-se que diante da realidade de vulnerabilidade social do bairro Santo Antônio, é preciso estabelecer novas práticas de ruptura e criação no planejamento local a fim de mapear e dar visibilidade ao bairro, além de vislumbrar um futuro diferente em relação as questões urbanas e sociais.

Palavras-chave: Bairro. Desigualdade Social. Áreas de Especial Interesse Social. Santo Antônio do Paraibuna.

Lista de siglas

AEIS – Áreas de Especial Interesse Social
FAU- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
ETTERN- Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza
IPPUR- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPS – Centro de Pesquisas Sociais da UFJF
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAES – Micro Áreas de Exclusão Social
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMH – Plano Municipal de Habitação
MCMV –Minha Casa Minha Vida
RU – Região Urbana
ZEIS – Zona de Especial Interesse Social
ZEIE – Zonas de Especial Interesse Social e Econômico

Índice de imagens

| | |
|--|----|
| Figura 1 -Arte de Eduardo Marinho. | 11 |
| Figura 2- Vista aérea do Rio de Janeiro: área que compreende Leblon, Gávea, Morro do Vidigal e Rocinha. | 15 |
| Figura 3- Dados do IBGE sobre o crescimento anual dos municípios..... | 19 |
| Figura 4- Propaganda da prefeitura de Santarém (PA) sobre novo empreendimento MCMV..... | 21 |
| Figura 5- Condomínio MCMV em Rondônia..... | 22 |
| Figura 6- O antigo campo do Lacet. | 33 |
| Figura 7- matéria publicada no site da prefeitura quando o então prefeito, Alberto Bejani, anunciou o início das obras do independência shopping. | 37 |
| Figura 8- Foto da região, no ano de 2012. | 39 |
| Figura 9- Ingressantes do curso de arquitetura e urbanismo em 2011 por raça | 42 |
| Figura 10- Inserção urbana do bairro Santo Antônio do Paraibuna em Juiz de Fora..... | 50 |
| Figura 11- Centro x bairro Santo Antônio. | 51 |
| Figura 12- Mapa do PDDU (2015) que mostra as Zonas de Especial Interesse Social e Econômico da cidade. | 53 |
| Figura 13- Gráfico extraído de pesquisa do IBGE (2016)..... | 54 |
| Figura 14- Densidade demográfica preliminar..... | 54 |
| Figura 15- Igrejas católicas, ONG's, espaços públicos e de lazer do bairro..... | 55 |
| Figura 16- Maiores terrenos desocupados com potencial de utilização. | 55 |
| Figura 17- População residente no bairro por cor ou raça. | 56 |
| Figura 18- Barracos que foram construídos pela prefeitura no bairro Santo Antônio para assentar população removida da antiga Vila da Prata.Fonte: Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 16. dez. 1981. p.7. | 56 |
| Figura 19- Mapa da região sudeste disponível no site da prefeitura. | 58 |
| Figura 20- Regiões urbanas dentro da região sudeste de Juiz de Fora segundo dados do IBGE, em 2003 disponível no site da PJF. | 58 |
| Figura 21- Pedaco da tabela de unidades de planejamento do PDDU-2000. ... | 59 |

| | |
|--|----|
| Figura 22- Mapa da região de planejamento 5 do PDDU-2000..... | 59 |
| Figura 23- Mapa de Desenho Urbano. | 61 |
| Figura 24- Malha viária do bairro..... | 62 |
| Figura 25- Divisão territorial definida pela prefeitura. | 64 |
| Figura 26- Mapa da divisão territorial topográfica, bairro Santo Antônio do Paraibuna..... | 65 |
| Figura 27- Divisão territorial por linha de ônibus. | 66 |
| Figura 28- Evolução urbana 2005-2016. | 67 |
| Figura 29- Evolução urbana 2005-2016. | 68 |
| Figura 30- Evolução urbana 2005-2016. | 69 |

Sumário

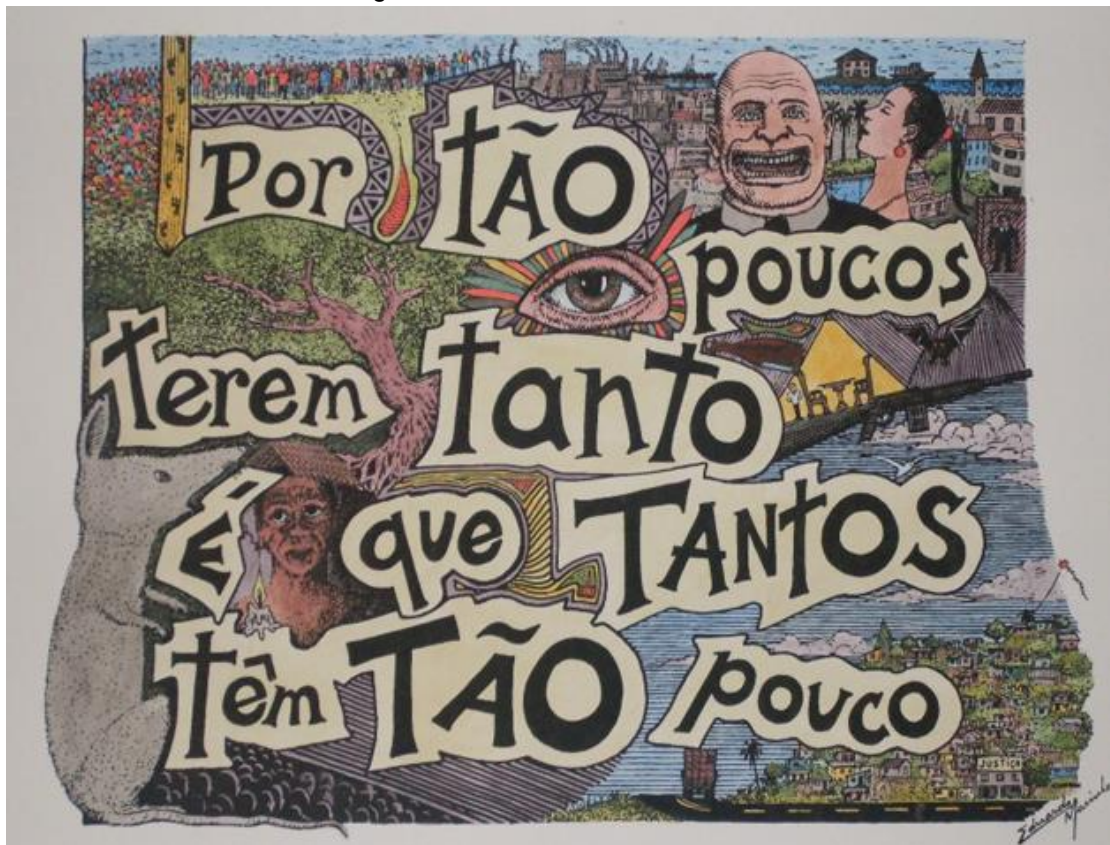
| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução | 11 |
| 1.1. Justificativa | 13 |
| 2. O espetáculo urbano | 14 |
| 2.1. Como chegamos até aqui..... | 15 |
| 2.2. O Planejamento urbano contemporâneo..... | 24 |
| 2.3. A esquizofrenia do planejamento urbano em Juiz de Fora..... | 30 |
| 3. Para pensar em um futuro diferente..... | 40 |
| 3.1. A função social e as práticas insurgentes..... | 41 |
| 3.2. O arquiteto urbano..... | 46 |
| 4. Análise sócio territorial – O morro da boiada..... | 49 |
| 4.1. Localização - Por que o bairro? | 50 |
| 4.2. Breve histórico | 51 |
| 4.3. O perfil social do bairro..... | 52 |
| 4.4. Políticas públicas e legislação vigente | 57 |
| 4.5. Desenho urbano e malha viária..... | 60 |
| 4.6. As divisões territoriais do bairro..... | 63 |
| 4.7. Evolução urbana por setores..... | 67 |
| 5. Conclusão..... | 70 |
| 6. Referências | 72 |

1. Introdução

Estamos presenciando no Brasil e no mundo, um momento histórico delicado. Há muitos anos uma crise econômica de dimensões inimagináveis tem atingido o sistema capitalista. Esta situação acaba afetando também o planejamento urbano como prática, ideia e profissão, o que leva nossas cidades a situações urbanas cada vez mais complexas. A crise contemporânea afeta as dimensões sociais, políticas e econômicas da vida das pessoas nos mais diversos locais do globo terrestre, ainda que distintamente e de formas injustas e desiguais para cada segmento social.

Diante deste fato, é possível perceber o quão urgente tem sido nos posicionarmos, entendendo a função social da nossa profissão, a proporção da crise urbana e o inegável papel de um arquiteto e urbanista como ser político, para que consigamos pensar formas de ruptura e libertação ao planejamento “inclusivo” liberal como conhecemos hoje - um modelo ultrapassado, que prega a inclusão, mas na verdade exclui e segrega.

Figura 1 -Arte de Eduardo Marinho.



Fonte: <http://www.hypeness.com.br/2015/12/conheca-a-arte-contestadora-de-um-cara-que-largou-a-familia-rica-para-viver-nas-ruas/>

A grande capacidade que o capitalismo tem de se reinventar perante às mudanças temporais, faz da apropriação de conceitos uma prática comum a este sistema. No caso do planejamento urbano contemporâneo, inserido na lógica capitalista, ao se apropriar da ideia de inclusão como é entendida pela constituição brasileira de 1988 e pelo estatuto das cidades de 2001 – duas das principais conquistas jurídicas na história das políticas urbanas no Brasil – um ideário de participação, justiça e igualdade é criado em torno dos planos, mas não se materializa nas ações reais.

Para alcançar um futuro que siga na contramão do fluxo atual, onde as cidades tem sido palco da espetacularização, da especulação e das transações financeiras, é fundamental rever conceitos sobre o real papel de um profissional de arquitetura e urbanismo na construção de cidades justas e democráticas, para que em um dado momento se torne tangível e sejam reconhecidas novas práticas de planejamento urbano, mais humanas e pautadas na participação coletiva e na inclusão real.

Tomando consciência deste papel fundamental em direção à um futuro urbanisticamente mais humano, aproveito a oportunidade do presente trabalho para abordar tais questões, que considero de extrema importância na busca por justiça e igualdade. Em seguida, trago como estudo de caso o bairro Santo Antônio do Paraibuna, que além de ser o local onde eu moro há 15 anos, é um dos bairros mais antigos da cidade, de onde surgiram as primeiras aglomerações urbanas que se tem notícia em Juiz de Fora.

A importância histórica do bairro no surgimento e consolidação da cidade, bem como seu contexto sócio territorial – um bairro periférico, de autoconstrução, ocupações irregulares e grande vulnerabilidade social – foram os principais elementos que me levaram à escolha do local. Mapear a dar visibilidade às comunidades vulneráveis, como é o caso do Santo Antônio, é um trabalho que se faz urgente na luta pela ressignificação do papel do arquiteto urbanista e por cidades mais humanas e democráticas.

1.1. Justificativa

A análise de micro áreas, como os bairros, é essencial na descoberta dos reflexos que a crise urbana contemporânea, intrínseca às crises capitalista e política, gera no cotidiano dos cidadãos. Esta visão do todo nos leva a sair de nossa realidade imediata para compreender os desdobramentos das macro políticas e nosso papel de profissionais e cidadãos como agentes construtores da cidade.

Além disso, deslocando nosso pensamento de uma visão macro para uma visão micro, podemos perceber o quanto o modelo de cidade pensado pelas administrações e poderes econômicos estão desligados da realidade social das pessoas comuns.

No caso do Bairro Santo Antônio, podemos analisar como a falta de políticas de planejamento ou a má aplicação das mesmas não só não resolve os problemas para os quais foram designadas, mas também nos mostram como estas políticas podem se materializar em problemas sociais.

2. O espetáculo urbano

“Ninguém nega, ninguém pode esconder o caos que impera nas cidades que a burguesia dirige” (ARTIGAS, 1952, p.58)

O desafio de ser humano no espaço urbano em meio à um momento tão turbulento como o que vivemos tem sido lançado diariamente a todos nós, isto é fato. Mas se tempos de crise também são tempos de mudanças, de revolução e libertação, precisamos entender bem de onde estamos vindo, para pensar com clareza onde queremos chegar e traçar estratégias alternativas para tal.

Este capítulo busca fazer um apanhado histórico sucinto desde que a urbanização das cidades brasileiras começou a acontecer de forma mais intensa e acelerada, passando pelo atual estágio do planejamento urbano contemporâneo, para chegar em um estudo de caso mais aproximado da realidade local.

No primeiro momento, faremos o resgate de alguns marcos importantes na história da urbanização e políticas urbanas brasileiras. Em seguida, nos aprofundaremos sobre o planejamento urbano contemporâneo, explicitando melhor seu funcionamento, suas reais intenções e os reais resultados obtidos na prática. Por fim, uma análise mais aproximada de Juiz de Fora, a partir de alguns casos específicos de planos e projetos realizados nos últimos anos, que seguem a lógica atual de planejamento das cidades globais - paradigma que traz impactos negativos não só ao desenvolvimento da cidade, mas também à vida de muitos cidadãos.

2.1. Como chegamos ao caos?

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características. (MARICATO, 2001, p. 51)

Há aproximadamente 40 anos, o processo de urbanização das cidades brasileiras vem passando por profundas e significativas mudanças, oriundas do período de *reestruturação produtiva do capitalismo*¹. Este intenso processo, no início parecia um caminho revolucionário e libertador a anos de políticas rígidas e proporcionou uma enorme modernização nos mais diversos campos da vida humana. Entretanto, não veio acompanhado de mudanças efetivas na política em relação a questões sociais e imateriais, acentuando ainda mais ao longo do tempo a desigualdade social no território urbano.

Figura 2- Vista aérea do Rio de Janeiro: área que compreende Leblon, Gávea, Morro do Vidigal e Rocinha.



Fonte: Google Earth

¹ Termo utilizado por David Harvey em seu livro "A condição pós-moderna" (2009) para identificar o período de grandes transformações mundiais que impactaram a sociedade a partir dos anos 1970 e com a chegada da globalização. Este período é originário de uma transição da solidez do fordismo para tempos de acumulação flexível do capital.

Os movimentos de reforma urbana, que se iniciaram no Brasil na década de 1960 e ganharam maior visibilidade e relevância política entre as décadas de 1970 e 1990, foram durante um bom tempo os principais empenhados em debater e explicar as problemáticas urbanas do país. As questões reivindicadas por estes grupos eram por exemplo: os problemas em função do crescimento desordenado das cidades, a reprodução da força de trabalho, os equipamentos de consumo coletivo e a racionalização do uso do solo. Estes longos anos de luta social tiveram grande importância na história das políticas públicas do país.

Em 1988, ocorre a promulgação da constituição brasileira -antecedida por intensa mobilização da população e dos movimentos sociais-, trazendo então importantes avanços no que tange à criação de políticas urbanas². Temas como qualidade ambiental, direito à cidade³ e a participação popular ganham mais força e visibilidade.

A criação do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001) em 2001 e do Ministério das Cidades em 2003 -marcos institucionais na história das políticas urbanas no Brasil-, têm importância fundamental na disseminação destas ideias. Entretanto, até hoje estas políticas não têm efetividade real, pois se instalam apenas no interior do aparato estatal, enquanto deveriam estar presentes na confluência entre planos, projetos e benefícios para a sociedade civil.

A globalização proporcionou inegáveis avanços, como o aperfeiçoamento tecnológico e a redução das distâncias de tempo e espaço, mas também contribuiu significativamente à recessão de políticas sociais. Além das conhecidas tradições de informalidade e desregramento da terra no Brasil, a flexibilização decorrente deste processo passou a facilitar as privatizações, a guerra-fiscal e o declínio de políticas econômicas e sociais, impactando

² Os parágrafos 182º, 183º da Constituição Brasileira são dedicados à Política Urbana.

³ Para David Harvey, em seu livro *Cidades Rebeldes* (2014), o direito à cidade é o direito que o ser humano tem de modificar-se através das constantes metamorfoses urbanas.

diretamente no papel social do estado, que hoje se encontra um tanto quanto reduzido e sem perspectivas de mudança. (MARICATO, 2006)

A partir deste período, as cidades passam também a ter novos objetivos, mais voltados para o desenvolvimento econômico, como por exemplo: nortear a organização da economia mundial, identificar as empresas financeiras e serviços especializados, desempenhar o papel de um mercado ou local de produção, disseminar tendências, reproduzir costumes, tipologias arquitetônicas, entre outros.

[...] a globalização é definida pela intensificação das relações sociais em escala mundial, causando a disseminação de tendências em localidades distantes e diferentes, diminuindo as individualidades, mas aumentando as influências que as mesmas terão dentro dos sistemas de estados (GIDDENS, apud HAZAN, 2007, p.03).

Para atingir o *status quo* de uma cidade global, deveriam estas então difundir o progresso tecnológico e serviços especializados e concentrar importantes mercados financeiros, sobretudo o mercado internacional. Com abrangência mundial das cidades globais, os impactos em todos os aspectos da vida humana ficaram perceptíveis, em relação ao planejamento urbano não foi diferente. (SASSEN, 1998)

A partir dos anos 1990, um novo paradigma – que surge em decorrência da globalização- ganha espaço no exercício do planejamento urbano no Brasil, inicialmente nas metrópoles e logo depois nas demais cidades. O chamado “empresariamento urbano”, segundo Harvey (1996) se caracteriza:

[...] principalmente, pela parceria público privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico por meio de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p. 53)

Sua prática somada às conhecidas e antigas relações políticas de favor e clientelismo do Brasil, só intensificou o foco dos governos locais na criação de laços e parcerias com grandes empresas privadas. A criação destes vínculos, muito focados em benefícios financeiros, começaram então a exercer grande influência sobre todas as questões urbanas.

Neste contexto, a partir dos anos 1990 ocorre no Brasil o surgimento de um novo instrumento de planejamento, chamado “planejamento estratégico”, que já se difundia pelo mundo desde os anos 1970. Ele veio materializar os estímulos do empresariamento urbano, além de servir como um facilitador à fusão de interesses públicos e privados. Inspirado nas escolas de planejamento empresarial americanas, se baseia em entender as cidades como uma empresa já que ambas estariam submetidas aos mesmos desafios. O seu uso aliado às políticas públicas de desenvolvimento urbano é inspirado em experiências europeias.

Competitividade, “empresariamento”, planejamento, estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos (SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al, 2004, p. 41).

Entretanto, ainda que prestigiado pela opinião pública durante um longo período, a utilização deste modelo colaborou e continua colaborando muito para a acentuação da exclusão social no Brasil. A partir do momento em que estas novas relações econômicas, principalmente as internacionais passaram a ditar todas as outras durante os anos 80 e 90, todos os levantamentos científicos apontam efeitos - que qualquer pessoa poderia observar facilmente no dia-a-dia-, como a recessão de políticas sociais, o aumento do desemprego, o aumento das favelas, de população de rua e principalmente a violência urbana (MARICATO,1996)

Em pesquisa do IBGE (2000), alguns indicadores urbanísticos detectaram outros dados importantes sobre nossas metrópoles. Os vetores de crescimento, que antes seguiam em direção às regiões sul e sudeste, na época já apontavam

para centro-oeste e norte. E se durante grande parte do século XX as metrópoles cresciam muito mais que as cidades médias (de 100 a 500 mil habitantes), a partir dos anos 90 este quadro se modifica. Atualmente, as cidades médias são as que mais crescem no Brasil. (MARICATO, 2006)

Figura 3- Dados do IBGE sobre o crescimento anual dos municípios.

| TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS MUNICÍPIOS, POR TAMANHO DA POPULAÇÃO (1991-2000) | |
|---|-------------------|
| População (1991 a 2001) | Crescimento anual |
| até 20.000 hab | -0,07 |
| de 20.000 a 100.000 hab | 0,77 |
| de 100.000 a 500.000 hab | 1,91 |
| acima de 500.000 hab | 1,41 |

FONTE: MINISTÉRIO DAS CIDADES (2005), SOBRE DADOS DO IBGE (2000)

Fonte: Revista ciência hoje

Com as inúmeras mudanças ocorridas entre o fim do século XX e o início do século XXI, hoje chegamos a situações urbanas extremas e preocupantes. O intenso fortalecimento do capital financeiro e imobiliário, bem o foco dos governos no crescimento econômico, tem tornado as cidades cada vez mais antidemocráticas, por mais que no discurso seja dito justamente o contrário, com falsas promessas de inclusão, participação, segurança, melhorias urbanas, entre outras que ou não são materializadas, ou só são direcionadas a pequenas parcelas da população, sobretudo as de maior poder aquisitivo.

O domínio que o capital exerce sobre as relações políticas e econômicas já é o real condutor do desenvolvimento urbano há algum tempo, e enquanto os espaços luminosos⁴ da cidade, recebem cada vez mais atenção, os espaços opacos⁵ tornam-se cada vez mais invisibilizados. Choay, em publicação datada

⁴ SANTOS, M apud JACQUES, P. Espaços luminosos: Os que mais acumulam densidades técnicas e de informação, se tornando mais atrativos aos investimentos do capital financeiro e imobiliário.

⁵ SANTOS, M. apud JACQUES, P. Espaços opacos: Seriam os espaços menos atrativos para os investimentos de capital por características urbanas, de localização, etc.

de 1975, já afirmava que após a revolução industrial, as cidades se limitaram a desempenhar um único papel simbólico, relacionado aos seus novos modos de produção. Desde então, elas estariam focadas apenas em sua eficiência econômica. De lá para cá, sobretudo no Brasil, este papel se intensificou bastante até a atualidade e colabora tanto para o surgimento de novas quanto para exacerbação das situações extremas.

Os impactos de um cenário político que privilegia os interesses do capital em detrimento de interesses coletivos e sociais na vida de uma parte considerável da população também são muitos, e o direito à moradia digna, garantido pela constituição é diariamente burlado, fazendo com que o déficit habitacional do país tome grandes e crescentes proporções.

Em 2013, a Fundação João Pinheiro, indicador oficial utilizado pelo Ministério das cidades, lançou o último estudo sobre o déficit habitacional no Brasil e os resultados são preocupantes. Após a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, que se deu no início de 2009 e prometia uma redução drástica no número de famílias sem moradia no país – que na época era de 5.546.000-, houve um aumento de mais ou menos 1,5 milhões, e este número passou então para 6.940.000.

Figura 4- Propaganda da prefeitura de Santarém (PA) sobre novo empreendimento MCMV.



A Prefeitura de Santarém abriu um novo prazo para assinar os contratos com as 655 famílias contempladas com uma casa no Residencial Salvação, do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, que não compareceram à primeira chamada. Se você é um desses contemplados, fique atento à data de assinatura do seu contrato e no dia certo compareça à Casa da Cultura, na Avenida Borges Leal, 1.296, Bairro Aparecida, das 08h às 15h. Consulte a lista para ver o dia da assinatura.



CAIXA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

NGO

CNDU
Coordenadoria de Habitação
e Desenvolvimento Urbano

SEMTRAS
Secretaria Municipal
de Trabalho e Assistência Social

PREFEITURA DE
SANTARÉM

Fonte: http://santarem.pa.gov.br/arquivosdb/noticias/0.532552001453323093_anu__769%3Bncio_jornal_de_santarem_1pg_27x39_5.pdf

É preciso reconhecer a importância da criação de um programa como este em um momento onde as políticas habitacionais passavam por uma grande recessão, entretanto, além de estimular construções que ignoram as peculiaridades locais, com baixa ou nenhuma qualidade arquitetônica, ele serviu mais como possibilidade de lucro para empresas do setor privado e gerador de empregos do que para suprir a real necessidade habitacional da população.

Alguns dados do Ministério das Cidades em 2015 nos dão suporte para realizar tal afirmação. Eles mostram que 75% das unidades do MCMV foram contratadas na Faixa 2 e apenas 15% daquelas previstas para a Faixa 1, sendo a tal Faixa 1 responde por mais de 70% do déficit habitacional brasileiro.

Portanto, por mais que se esperasse o contrário, o programa colaborou ainda mais para a acentuação da desigualdade e da exclusão social no país. O aumento no déficit habitacional espanta, mas em um contexto político que coloca os interesses financeiros em primeiro lugar, não poderíamos esperar nada diferente.

Figura 5- Condomínio MCMV em Rondônia.



Fonte: <http://rondoniaempauta.com.br/nl/nacional/governo-anuncia-256-mil-novas-contratacoes-para-o-minha-casa-minha-vida>

Além da falta de moradia adequada, o momento é de caos urbano, e podemos presenciar outras ações como expulsões violentas ou veladas, ocasionadas em função de grandes obras urbanas ou realização de grandes eventos, intervenções bruscas que resultam em processos de gentrificação, comunidades expostas à situações ambientais desfavoráveis e perigosas, construção de conjuntos habitacionais às margens das cidades, que desprovidos de qualidade arquitetônica, lazer, acesso à serviços, infraestrutura adequada e urbanidade acabam colaborando para a acentuação da violência urbana, entre outras que só intensificam tal situação extrema.

Para Maricato (2013) “é impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência”, portanto, a acentuação da violência em determinadas áreas tem relação direta com índices como renda, escolaridade,

raça, taxa de desemprego, condições de moradia e condições urbanísticas. Estas áreas são sempre onde estes indicadores mostram maior vulnerabilidade: a renda mais baixa, menores níveis de escolaridade, maior número de negros, maiores taxas de desemprego e condições urbanas e de moradia mais precárias.

O planejamento urbano tem importância fundamental no que tange à forma como surgem e se desenvolvem estas áreas vulneráveis da cidade, e no item seguinte nos aprofundaremos sobre seu funcionamento na contemporaneidade, com o intuito de entender mais claramente as dinâmicas da cidade, além de explicitar maiores informações sobre instrumento que tem sido utilizado pelos governos locais, para legitimar o discurso de inclusão na disputa das cidades globais e dar forças à prática do empresariamento urbano -o planejamento estratégico.

2.2. Planejamento urbano contemporâneo

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária. (JACQUES,2010, p.108)

Em tempos de crise global, o campo⁶ do planejamento urbano também enfrenta uma crise e passa por momentos de incertezas em relação à sua identidade e legitimidade. Diante de situações urbanas tão extremas e urgentes, nos encontramos, como profissionais, de mãos atadas e sem muita perspectiva de atuação direta nas cidades.

Com as mudanças ocasionadas pela globalização e a difusão do planejamento estratégico no Brasil, a competitividade entre cidades se acentua, os governos locais passam a trabalhar no sentido de obter uma boa colocação no ranking das cidades globais. Estas disputam entre si visando uma crescente evolução estrutural para a atração de investimentos e novas empresas, sobretudo internacionais.

As cidades precisariam perceber a mundialização da economia e da comunicação para entrar na competição entre territórios, especialmente entre seus pontos nodais ou centros. Os princípios básicos da disputa entre elas são: a atração de investimentos e novas tecnologias, de novas indústrias e negócios, competir no preço e qualidade de serviços e na atração de força de trabalho.

Seu discurso se estrutura através da articulação paradoxal de três analogias constitutivas: a cidade como uma mercadoria, a cidade como uma empresa e a cidade como pátria. Entretanto, não é realmente eficaz na construção de um projeto ideal de cidade, pois facilita a imediata apropriação desta por interesses empresariais globalizados. Ao mesmo tempo em que se contrapõe ao

⁶ Termo comum em obras do sociólogo Pierre Bourdieu. Refere-se a um espaço simbólico que compreende certa profissão ou disciplina. Para maiores informações, ver BOURDIEU 2005.

planejamento urbano racional, oferecendo ações mais diretas, em função das constantes e aceleradas mutações urbanas, este padrão entende as cidades como um “produto” a ser “vendido”, envolvendo diversos atores neste processo. Porém, na maioria das vezes, este envolvimento se restringe àqueles setores mais ligados ao capital econômico. (VAINER, 2000)

A seguir, explicaremos as analogias citadas anteriormente. A cidade entendida como mercadoria pode ser considerada a ideia mais popular entre os novos planejadores urbanos. Por esta ótica, as cidades lutam entre si afim de criar melhores condições estruturais para a expansão de capital e das grandes corporações, na intenção de aumentar seu valor enquanto produto. (AZEVEDO, 2015)

Vender a cidade passou a ser um dos principais objetivos de governos locais, principalmente a venda de serviços que sejam interessantes à atração de capital internacional. Por isso é possível perceber a grande semelhança entre planos de diversas cidades, pois as que querem se inserir na esfera competitiva, precisam oferecer um mesmo tipo de produto para os mesmos compradores, que por sua vez, tem as mesmas demandas. De acordo com Vainer (2000):

[...] pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, é sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2000, p.83)

A cidade entendida como uma empresa, se refere ao que seria a transferência de seu habitat natural - a corporação privada- para a terra urbana, transformando assim os objetivos e demandas do espaço urbano. O que antes era local de se exercer o direito à cidade, de exercício da democracia, agora dá prioridade às formas de gestão, à produtivização e à mercadotecnia. (VAINER, 2000)

Ao seguir o exemplo catalão de entender e tratar a cidade como tal, surge a necessidade de uma indução à despolitização e alienação dos indivíduos, pois

se para uma empresa o que importa é o pragmatismo e a velocidade nas decisões, qualquer tipo de construção coletiva traria dificuldades e atrasos aos processos decisórios. Sobre isto, Vainer (2000) ressalta:

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto polis. [...] Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei. (VAINER, 2000, p.91)

A analogia de cidade como pátria pode ser considerada o maior ponto convergência entre os estudiosos do tema. Diz respeito à necessidade de consenso por parte da população, ponto-chave para obtenção de sucesso nos planos estratégicos, que quando preveem grandes projetos, sempre vendem junto a ideia de maior qualidade de vida, de melhorias urbanas e embelezamento, facilitando o processo este processo.

Entretanto, a cidade é um local de conflitos e estes são inerentes à sua existência. A ideia de pacificação dos espaços através da conformidade, homogeneização e padronização de ideias ajuda a invisibilizar ainda mais seus reais conflitos. Além da alienação e despolitização, os cidadãos ainda deveriam adquirir uma consciência de crise e ser patriotas. Um governo local dotado de força política, estabilidade, capacidade de liderança, representatividade e eficácia também se faz necessário, para que a população não hesite em apoiar planos e projetos.

Atualmente todos os projetos urbanos realizados no mundo seguem a mesma estratégia, baseada em homogeneizar, espetacularizar e criar consensos nas cidades. A difusão deste método empobrece a experiência urbana, reduzindo cada vez mais as possibilidades de ação nos espaços públicos, que se tornam simples cenários, além de afastar discussões políticas do espaço urbano o máximo possível, como evidencia Jacques (2010):

As cidades cenográficas contemporâneas estão cada dia mais padronizadas e uniformizadas, são espaços pacificados, aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, ou seja, são espaços apolíticos. (JACQUES, 2010, p.109)

Os defensores deste modelo consideram “bem-sucedidos” os planos estratégicos que conseguem conciliar e fazer funcionar bem as três analogias citadas. Os planos têm sido tratados como modelos prontos e aplicáveis em qualquer lugar, sendo ignoradas as peculiaridades locais e qualquer juízo contraditório.

O sucesso da cidade de Barcelona colaborou para a disseminação e aplicação deste exemplo em diversas cidades do Brasil. Podemos observar mais claramente estas aplicações nas metrópoles, mas as cidades médias como Juiz de Fora também recebem grande influência. Entretanto, Oliveira (2009) alerta que:

[...] não é adequada uma transposição acrítica e descontextualizada do modelo-Barcelona de planejamento, tendo em vista o significado diferencial que a descentralização possui em um país que, nos anos 1930, sofreu uma guerra civil e com questionamentos muito vivos em algumas de suas regiões com relação à autoridade do Estado nacional. Também devemos considerar a diferença da posição geopolítica da Espanha, inserida no contexto do continente europeu. (OLIVEIRA, 2009)

No contexto dos países periféricos, Medellín e Bogotá também se tornaram modelos muito utilizados. As ocupações militares em favelas, a construção de teleféricos, as soluções de mobilidade urbana e a requalificação de certos fragmentos da cidade são alguns exemplos desta transposição acrítica. Este padrão tem ganhado cada vez mais adeptos, principalmente por ser um instrumento que facilita e viabiliza diversas intenções pretendidas pelo poder econômico. Furtado (1983) aponta que:

A participação indireta e direta que tive durante quinze anos em formulação de políticas (...) convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza das ideias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade

política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados, os mais disparatados. (FURTADO, 1983).

Para as cidades brasileiras, que funcionam através de dinâmicas hegemônicas, planejamento estratégico é ideal e providencial, pois viabiliza todas as intenções ocultas dos mercados imobiliário e financeiro através de ações “legais”. Azevedo (2015) reforça, que ao contrário do que se costuma afirmar, a cidade não cresce de forma desordenada, e sim o contrário, existe uma forte articulação para a produção do espaço urbano, nada é impensado.

Sobre o início da aplicação do planejamento estratégico na Inglaterra, Asher (1994) aponta alguns traços que já evidenciavam a intensa articulação entre o poder público e privado, intrínseca à dinâmica do modelo:

[...]não se tratava de abandonar toda intervenção pública e sim de fazer com que ela dependesse das exigências dos atores privados. O governo britânico promoveu, então, uma orientação do planejamento urbano como meio de acompanhamento do desenvolvimento urbano ‘espontâneo’, encarregada de criar condições que permitissem a intervenção dos atores privados onde eles ainda o desejassem e de atuar onde a lógica privada não pudesse resolver sozinha um problema de organização de infraestrutura (ASCHER, 1994)

Para Vainer (2013), acompanhar este “desenvolvimento urbano espontâneo”, que visa criar condições para a atuação do mercado, exige certa flexibilidade por parte do Estado. Não por acaso os principais traços da “cidade-empresa” são “a despolitização, o desaparecimento dos partidos e o poder carismático individualizado”.

A fragilização social causada por tal modelo, é exatamente seu objetivo, não tem outra forma de sustentá-lo se as classes sociais não delegarem o poder de decisão a um determinado líder que irá conduzir a cidade de forma flexível até o

topo da competição. Mais atual do que nunca, em 1997, Debord já alertava sobre o espetáculo na sociedade:

O espetáculo na sociedade representa concretamente uma fabricação de alienação. [...] O homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela. (DEBORD, 2003, p.20)

Hoje, este fenômeno, que antes dizia respeito à sociedade como um todo, pode ser observado também em no planejamento das nossas cidades, tornando-as palco de um grande espetáculo, onde o protagonista é sempre o interesse financeiro. Para Faranak (2016), o momento configura uma esquizofrenia profissional no campo do planejamento urbano e o momento é propício para imaginar novas formas, mais humanas e democráticas, de se praticar arquitetura e urbanismo, deixando para trás a espetacularização urbana, bem como a ideia de empresariamento das cidades, que devem ser pensadas por e para as pessoas em primeiro lugar. No próximo item, um estudo de caso na cidade de Juiz de Fora, que exemplifica muito bem esta esquizofrenia.

2.3. Esquizofrenia do planejamento em Juiz de Fora

Juiz de Fora é uma cidade de porte médio, com 559.636 habitantes (estimativa do IBGE para 2016), localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais e sua inserção regional é considerada estratégica em função da proximidade geográfica com as principais cidades do país: Rio de Janeiro (180 km), São Paulo (460 km) e Belo Horizonte (260 km).

Seu processo de urbanização se deu de forma semelhante à outras cidades de porte médio. As áreas de maior vulnerabilidade social da cidade começam a surgir por volta de 1960 e originam-se de mudanças bruscas nos vetores de crescimento em razão de investimentos financeiros e expulsões de comunidades inteiras das áreas centrais, que são realocadas posteriormente em áreas periféricas e sem qualquer tipo de infraestrutura urbana.

Durante a década de 1970, instalaram-se novas indústrias na cidade, o que colaborou bastante para a atração de novos moradores. Entretanto, estes não foram contemplados com uma quantidade significativa de ofertas de emprego e as condições sociais e financeiras foram induzindo ao aumento da população em áreas vulneráveis, bem como o crescimento das mesmas. O surgimento de novas ocupações irregulares também ocorre, e assim, com um aumento significativo da população, a favelização foi se tornando uma realidade na cidade.

A partir da década de 1980 começa a se tornar mais clara a intenção que os governos locais já esboçavam desde o surgimento das áreas mais vulneráveis, que era exterminá-las ou no mínimo invisibilizá-las. Apesar de o surgimento destes locais ter sido ocasionado principalmente por ações da própria prefeitura, nunca houve uma preocupação real em integrar tais áreas à paisagem urbana de uma forma planejada, e o período que compreende o governo de Mello Reis na cidade, é marcado por inúmeras remoções, grandes projetos de renovação urbana e quase nenhum investimento em políticas habitacionais.

A trajetória do planejamento urbano em Juiz de Fora acompanhou as transformações nacionais, e se a cidade já estava em crescente expansão

econômica em função das novas indústrias que aqui se instalaram, do aumento de atividades comerciais, pela grande procura pelo setor de serviços e saúde, a globalização intensifica o que à esta altura, já era realidade: a segregação urbana e a exclusão social.

Faranak (2016), diz que o planejamento urbano, em um cenário de crise no sistema financeiro, também enfrenta uma crise de identidade e legitimidade, emergente de uma esquizofrenia profissional. No atual estágio histórico do neoliberalismo, a inclusão tem sido um alibi para a exclusão.

A política liberal de justiça, que promete direitos individuais e tratamento igualitário não é suficiente em uma democracia representativa como a que vivemos, onde delegamos os nossos direitos à representantes (políticos, burocratas e especialistas), pois o planejamento enquanto profissão se enaltece por atender ao bem público, mas é dependente direto do poder privado no planejamento estratégico, por isso, os planejadores de encontram diversas vezes a serviço do capital financeiro e imobiliário. (FARANAK,2016)

Podemos citar como exemplo desta esquizofrenia do planejamento: as grandes obras viárias, operações urbanas consorciadas e projetos de 'revitalização urbana', que prometem embelezamento, qualidade de vida, paisagismo ambiental, segurança, mas na verdade só beneficiam pequenas parcelas da população, servindo apenas aos detentores do capital imobiliário e seus promotores. Tais intervenções causam também degradação ambiental, falta de água, saneamento básico, expulsões e espoliações.

Para ilustrar tal situação em âmbito local, utilizaremos a metodologia proposta pelo Laboratório ETTERN do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, da UFRJ, que procura entender o funcionamento de grandes projetos urbanos a partir de seis dimensões, sendo elas: política, simbólica, econômica, urbanístico-territorial, fundiária e escalar.

Como estudo de caso, utilizaremos um projeto que ilustra bem a situação de esquizofrenia do planejamento em Juiz de Fora: uma operação urbana interligada. No primeiro momento, apresentando o histórico desde sua proposição e em seguida comentando sobre as implicações em cada uma das

dimensões propostas na metodologia. Ela se encontra entre os instrumentos de intervenção urbana do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (2000), e são:

[..] operações realizadas em parceria pelo Poder Público e pelos segmentos empresariais e proprietários, por intermédio de vantagens legais ou benefícios urbanos, em troca da implantação de projetos de interesse social, como de loteamentos ou habitações destinadas à população da baixa renda, obras de infra-estrutura, equipamentos ou projetos de recuperação do meio ambiente, áreas degradadas ou de risco ou ainda de recuperação do patrimônio cultural. As áreas onde será aplicado o instrumento serão determinadas por lei, que determinará os parâmetros urbanísticos a serem seguidos e as contrapartidas dos interessados. (PDDU 2000 – Juiz de Fora, item 5.2.3)

Por mais que se fale na contrapartida social que a realização de uma operação dessas deveria retornar à população, sua motivação é principalmente os benefícios financeiros, e costuma ocorrer nas áreas mais estratégicas da cidade, as que o capital financeiro e imobiliário já valoriza ou ainda pretende valorizar.

Este procedimento, mascarado por promessas de melhoria urbana, na verdade impulsionou a ocorrência um processo gentrificação⁷ na região. Além das outras consequências comuns em casos como este, um fato que marca o descaso e o desinteresse do poder público com a comunidade é a remoção de um campo de futebol -prevista pela lei municipal 11.235, ocorrida em 2006-, situado em um terreno público e de fácil acesso a todos os bairros da vizinhança. Era utilizado não só pelas comunidades próximas, mas também por muitos outros cidadãos.

⁷ Gentrificação é o processo ocasionado em função de grandes projetos urbanos, que por modificar de forma intensa a dinâmica do espaço, ocasiona um custo de vida muito alto, seja por aluguéis ou mesmo gastos diversos. Também é chamado de expulsão branca.

Figura 6- O antigo campo do Lacet.



Fonte: www.movimentomaisjf.com.br

A causa real da operação urbana consorciada: a implantação de um shopping center, de um edifício comercial, um hotel e a ampliação do complexo do maior hospital da cidade, com a construção de um novo centro empresarial. O efeito: a criação de mais um espaço desencarnado na cidade, a remoção de um espaço público de lazer e uso intenso, três bairros diretamente afetados e um processo de gentrificação.

Imagem 7: Torre comercial, hotel e shopping center viabilizados pela operação urbana.



Fonte: <https://www.montrealonline.com.br/hotel/24706-independencia-trade-hotel-eventos/>

Imagem 8: Centro empresaria fruto da ampliação viabilizada pela operação urbana.



Fonte: <http://www.thaengenharia.com.br/pt-br/obras/centro-empresarial-monte-sinai>

Hoje este terreno, que é público, mas estrategicamente localizado entre os novos e grandes empreendimentos privados, se encontra subutilizado, vazio e serve apenas como um local de passagem, fazendo a composição perfeita ao cenário higienista e exclusivo no qual a região se transformou.

Com a retirada do campo, firmou-se o compromisso, por parte da prefeitura, de implantar uma praça no local, através da Lei Municipal 11235/2006, Artigo 2º. Entretanto, até hoje (9 anos após a remoção do campo) esta promessa não saiu do papel, e continua sem previsão de execução.

Art. 2º No local do campo transferido, fica autorizada a implantação, pelo Poder Executivo Municipal, de praça pública, urbanizada, arborizada e com local para realização de eventos públicos, para a prática de atividades físicas, de lazer infantil e dotada de quadra poliesportiva, compatibilizando-a com a ampliação do sistema viário local. (Lei Municipal 11235/2006, Artigo 2º)

Imagem 9: Foto aérea da Curva do Lacet, terreno em questão, onde se localizava o antigo campo de futebol.



Fonte: <http://www.tribunademinas.com.br/abaixo-assinado-exige-praca-na-curva-do-lacet/>

Em julho de 2013, o Movimento Popular Urbanista +maisJF, iniciou uma campanha pela reutilização do espaço público como local de lazer e esportes. Havia um projeto pronto, feito por um órgão da prefeitura e apresentado em

audiência pública, que foi questionado pela comunidade por não atender às suas verdadeiras demandas. Através da movimentação, criou-se uma comissão, composta pela comunidade, prefeitura, vereadores, Rede Fora do Eixo, Najup⁸ e Movimento Popular Urbanista +maisJF, a fim de elucidar as demandas da população pela aplicação de questionário.

O +maisJF ficou responsável por computar estes dados e transformá-los em um projeto alternativo para o espaço. O projeto foi apresentado aos representantes das comunidades, que fizeram comentários e sugestões. Em seguida, feitas as devidas alterações, o projeto foi apresentado, na Câmara Municipal, para todos os membros da comissão sobre a Curva. Após inúmeras modificações e um processo participativo de coleta de dados junto à comunidade, foi apresentado um projeto, que até então não foi executado, mesmo com a liberação de duas emendas no valor de 500 mil reais, disponibilizadas para realizar parte da intervenção.

Analisando as rupturas e impactos que este projeto promoveu através das 6 dimensões citadas anteriormente, temos:

Dimensão política: Articulações criadas em prol da execução rápida de uma grande intervenção.

Neste caso, as coalizões políticas e parceria público-privadas criadas desde antes de o projeto ser aprovado, até sua execução e pós-ocupação.

Dimensão simbólica: A forma como é difundido o ideário do projeto para a população, normalmente com foco na apropriação de termos como: “qualidade urbanística”, “segurança”, “responsabilidade social” e “sustentabilidade”.

Um exemplo desta dimensão pode ser dado através de matéria publicada no site da prefeitura, em agosto de 2006, onde enfatizam bastante apenas os benefícios que serão adquiridos pela população com a implantação do shopping center, citando a geração de emprego e renda, a contribuição do governo local para o

⁸ NAJUP: Núcleo de assessoria jurídica popular da UFJF.

desenvolvimento econômico, atração de investimentos para o município, atração turística e desenvolvimento “sustentável”.

Figura 7- matéria publicada no site da prefeitura quando o então prefeito, Alberto Bejani, anunciou o início das obras do independência shopping.

O prefeito Alberto Bejani, acompanhado pela superintendente da AMAC, Vanessa Loçasso Bejani, lançou a pedra fundamental do Independência Shopping, na manhã desta segunda-feira, dia 10. A solenidade contou com a presença de José Ricardo Motta Daibert, que representou o grupo de empreendedores locais, do secretário de Planejamento e Gestão Estratégica, José Maurício Gomes, além de diversas autoridades e membros do Legislativo. A Ecisa, empresa sócia do empreendimento, e a EGEC, responsável pela administração do negócio, também foram representadas.

O investimento total da obra será de R\$ 100 milhões. Na etapa da construção do shopping já serão oferecidos 1.500 postos de emprego. A empresa Hochtief do Brasil S.A., principal âncora do grupo alemão na América Latina, com sede em São Paulo, será a responsável pela construção do Independência Shopping.

As obras ainda contarão com a atuação da empresa espanhola EPSA, com sede em Madri. A EPSA possui mais de 40 anos de experiência em obras e desenvolve atividades em diversos países da Europa, África e Américas. A inauguração está prevista para outubro de 2007. A Ecisa, empresa sócia do empreendimento, e a EGEC, responsável pela administração do negócio, também foram representadas.

Diversas iniciativas da administração do prefeito Alberto Bejani vêm contribuindo, de modo significativo, para a atração de novos investimentos para o município. Obras como a duplicação da Avenida Deusdedith Salgado e a inauguração do centro de convenções e exposições da cidade - o Expominas Juiz de Fora, favorecerão, de forma considerável, o acesso e a atração de visitantes ao shopping.

De acordo com Bejani, esta é mais uma obra que demonstra a preocupação com o desenvolvimento sustentado de toda a região. “Fico feliz em dar início a investimentos que são a porta do social, através das oportunidades de emprego”, enfatizou. Daibert agradeceu o apoio da Prefeitura, acrescentando que “as autoridades do município não têm poupado esforços para esta parceria”.

O terreno total do empreendimento possui 52.000 m². A área construída será de 74.690 m², e a ocupação das lojas se dará em um espaço de 23.112 m². Já estão confirmadas as cinco lojas âncoras do shopping: Casa & Vídeo, C&A, Leader Magazine, Lojas Americanas e Renner. Haverá, também, outras 150 lojas satélites e mais nove mega lojas. O projeto foi feito para abrigar, ainda, uma praça de alimentação com 14 lojas e uma área de lazer com cinemas multiplex e diversões eletrônicas, além de um estacionamento com capacidade para 1.140 veículos.

Fonte: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=10644>

Dimensão econômica: É a ruptura com o antigo sistema produtivo local, bem como a geração de empregos diretos e indiretos ocasionados pela implantação dos empreendimentos.

Neste caso, a implantação dos empreendimentos realmente gerou diversos empregos diretos e indiretos, entretanto, a população do próprio entorno imediato se vê muitas vezes inibida até de entrar nestes locais, e as vagas de ofertadas ainda são influenciadas por renda ou raça.

Dimensão urbanístico-territorial: As interrupções geradas no território em função da amplitude das intervenções realizadas. Os indicadores sociais têm forte influência para a análise dos impactos gerados.

Neste caso, dois dos bairros vizinhos são de classe média e terceiro é uma região com indicadores sociais e urbanísticos mais baixos. A escala das intervenções, por ser muito abrangente, acaba criando uma descontinuidade no território e induzindo o pedestre a uma experiência urbana mais empobrecida. Sobretudo no bairro Dom Bosco, área de entorno imediato com maiores indicadores de vulnerabilidade social, a ocorrência de intervenções como estas resulta na aceleração dos processos de urbanização informal e precária através do rápido aumento populacional.

Dimensão fundiária: Valores fundiários, valor imobiliário e uso do solo.

Com a realização destas obras, é possível afirmar que a terra-localização⁹ colaborou diretamente para a valorização imobiliária na região. Um exemplo disso foi o surgimento e rápido desenvolvimento de um novo bairro: o Estrela Sul, localizado bem próximo à região de intervenção e que se desenvolveu paralelamente à execução das obras da operação interligada.

⁹ Termo utilizado por Flávio Vilaça em seu livro: Reflexões sobre as cidades brasileiras, para designar o valor que a terra adquire em função de sua localização.

Figura 8- Foto da região, no ano de 2012.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=993237&page=454>

Na foto, é possível perceber que o projeto afeta também a questão de uso do solo. Com a criação desta nova centralidade na cidade, o adensamento veio junto no pacote, sobretudo no bairro Estrela Sul, que hoje se caracteriza pela numerosa presença de edifícios.

Dimensão escalar: Redes e relações criadas por atores envolvidos no processo bem como pelo fluxo comercial, em escalas local, regional, nacional e internacional.

As novas relações criadas por esta operação, caracterizaram o grande aumento do fluxo comercial, principalmente nas escalas local e regional. Novas redes também foram criadas em função do fluxo de mercado.

3. Para pensar em um futuro diferente...

É durante a graduação que começamos a traçar objetivos e definir escolhas profissionais. No caso de um arquiteto urbanista, a maioria dos caminhos possíveis influenciam diretamente na ordenação do território e no crescimento das cidades. Seja qual for a área escolhida, quase sempre a nossa atuação influencia na ordenação do território ou na paisagem urbana.

E a universidade pública, que como um todo deveria ter o caráter político-social bem estabelecido, devolvendo contrapartidas à sociedade – já que todos os cidadãos investem recursos nela e seu papel é modificar os indivíduos em prol da coletividade-, deixa a desejar nesse sentido diversas vezes, colaborando com o distanciamento da realidade social que nos cerca.

No curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, apesar dos inúmeros avanços recentes, a realização de ações mais efetivas no espaço urbano e a atuação em espaços opacos² da cidade nunca foram realizações, objetivos ou mesmo desejos compartilhados pela maioria, que historicamente exaltou bem mais a ideia de uma arquitetura autoral² e a supervalorização da representação gráfica em detrimento de questões político-sociais mais relevantes.

Este capítulo parte da função social do arquiteto e urbanista, trazendo à tona seu significado real e abordando a realidade vivenciada atualmente em Juiz de Fora, em relação à academia, sociedade e vida profissional. Traz em seguida apontamento sobre novas práticas de arquitetura e urbanismo, mais humanas, abrangentes, participativas e voltadas para a acessibilidade e popularização da profissão para todo e qualquer cidadão.

3.1. A Função social

A obra de Vilanova Artigas¹⁰ é indispensável se tratando deste tema. Em um de seus textos mais famosos, “Caminhos da Arquitetura”, o arquiteto, que também militava no partido comunista na época da publicação, afirma a incapacidade do capitalismo frente às questões sociais.

Acreditava na ideia de uma estética do realismo socialista, trazida por estudiosos revolucionários como Karkov (1934) e dizia que enquanto a discussão sobre arquitetura não chegasse em todos os espaços, das fábricas às fazendas –e hoje acrescentaria certamente as favelas-, não seria possível uma arquitetura popular. Tomando esta postura, o arquiteto deveria então empenhar-se na construção de uma “nova sociedade”, pois:

[...] é à medida que, pela participação na luta ao lado do povo, compreendermos seus anseios, fizermos parte dele, que iremos criando espírito crítico para afastar o bom do inútil na arquitetura, que atingiremos a "espontaneidade nova", que criará como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares. [...] enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular. (ARTIGAS, 1981, p.45)

Percebe-se então, que para cumprir sua função social, o arquiteto deveria ter a vivência dos espaços e problemas populares, além de desenvolver um papel político e crítico, a fim de interpretar e entender as reais necessidades da população. Na FAU-UFJF, percebe-se um grande estímulo à crítica, mas despolitizada e baseada em uma arquitetura autoral supervalorizada, por vezes elitista e utilizada por uma pequena parcela da população.

A elitização da profissão é uma realidade, e pode ser observada inicialmente pelas características socioeconômicas de ingressantes e concluintes, é reforçada durante o período de graduação através de um projeto pedagógico

¹⁰ Vilanova Artigas foi um dos principais arquitetos do modernismo brasileiro e tratou de forma singular a popularização da arquitetura.

descompromissado com as questões sociais e gera reflexos na sociedade e na vida profissional.

Figura 9- Ingressantes do curso de arquitetura e urbanismo em 2011 por raça

| Cor/etnia | Sexo do inscrito | | |
|---------------------------------|------------------|-----------|----------|
| | Total | Masculino | Feminino |
| Branco(a) | 77,3% | 23,8% | 53,5% |
| Negro(a) | 2,8% | 1,3% | 1,5% |
| Pardo(a)/ mulato(a) | 16,8% | 6,6% | 10,2% |
| Amarelo(a) (de origem oriental) | 2,7% | 0,7% | 2,0% |
| Indígena ou de origem indígena | 0,4% | 0,2% | 0,2% |

Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2011

62% dos estudantes : Renda familiar acima de 6 salários mínimos

Fonte: Relatório síntese da graduação de arquitetura e urbanismo | ENADE 2011

Em relação aos anos de vivência acadêmica na FAU-UFJF (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora), é possível pontuar: o caráter tecnicista do curso, a supervalorização da arquitetura autoral, a centralização em torno de um único modelo profissional, a produção arquitetônica, os gastos dispendiosos e o caráter tecnicista do curso, como situações que atenuam este caráter elitista desde os anos de formação. Neste contexto, muito se aprende sobre crítica, mas em nenhum momento a formação política é motivada. Estes fatores estimulam uma crítica distanciada da realidade, provocando influências muitas vezes irreversíveis ao futuro profissional dos discentes.

Na vida profissional, o jovem arquiteto se depara com uma classe apática e encontra dificuldades para cumprir sua função social. Por conta da dinâmica urbana capitalista, explicitada no capítulo anterior, a atuação política do profissional é limitada a algumas ações pontuais ou individuais.

A parcela da população que mais precisa do arquiteto não é atendida e nem considerada, tanto pelo poder público quanto pelos próprios profissionais. Faltam oportunidades e incentivos também para que estes segmentos sejam atendidos,

o que gera a falta de perspectiva profissional, induzindo uma grande parte dos profissionais a trabalhar apenas com a arquitetura convencional, voltada para classe média, motivando cada vez mais exploração e massificação do trabalho.

Em uma sociedade onde a periferia e os distritos rurais estão à margem do planejamento urbano e a grande maioria da população não sabe o que é arquitetura, muito menos que a moradia digna é um direito de todos, há uma enorme carência do nosso ofício. A influência midiática também exerce um papel cruel, reafirmando sempre que possível, a ideia da arquitetura como um produto exclusivo para classe média, afastando ainda mais as pessoas destes profissionais.

Quanto mais as situações urbanas se agravam, maior é a urgência pela descolonização das práticas às quais estamos habituados e sujeitados. A esta altura, parece importante ressaltar, portanto, que a função social do arquiteto é:

[...] dar vida aos materiais de construção, animá-los de uma significação e um valor subjetivos, torna-los partes visíveis da estrutura social, infundir-lhes a verdadeira vida do povo, comunicar-lhes o que de melhor exista no povo, como um poeta que, aprofundando o olhar abaixo da superfície da vida, vê o que de melhor existe no povo. (SULLIVAN apud ARTIGAS, 1981, p.45)

A culpa é dos governos, que intensificam esta lógica segregadora, da universidade, que forma arquitetos somente para o mercado, das entidades representativas, quando não discutem a democratização da profissão, das mídias de massa e revistas especializadas, que vangloriam apenas a arquitetura autoral, e de cada um de nós, quando reproduzimos esta mesma ideia de forma acrítica e despolitizada.

Para caminhar em direção a um futuro onde as cidades sejam mais democráticas, é necessário imaginar e reinventar as formas de ação, procurando sempre resgatar os saberes populares e formas tradicionais, colaborar com as comunidades visando sua autonomia e imaginar outras práticas de descolonização que ajudem a tornar o urbanismo mais humano. Contudo, dentro

de uma democracia representativa, como a que vivemos –onde delegamos os nossos direitos a representantes políticos, burocratas e especialistas técnicos-, algumas destas tentativas ainda podem ser vistas como transgressoras.

Segundo Faranak (2016), temos dois tipos de espaços mentais na cidade, os espaços convidados –formas de ação sancionadas pelos grupos dominantes-, e os espaços inventados – formas de resistência, práticas subversivas e alternativas. Os inventados ainda são por vezes criminalizados por parte do estado e das grandes corporações.

A política liberal de justiça, promete direitos individuais e tratamento igualitário, mas na democracia representativa isto não é suficiente e na realidade estes direitos não são praticados. Para efetivar a ideia de justiça e igualdade através de ações individuais e de forma democrática, é necessário reconhecer a necessidade desta nova perspectiva e caminhar em direção uma democracia participativa através das de micropolíticas de resistência. (FARANAK, 2016)

Na democracia participativa, os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não concedem seus direitos a terceiros, mas passam a tomar decisões sobre os espaços, pois tem interesse direito nos mesmos. Esta nova concepção põe em prática a ideia de uma cidadania multi-centrada, onde acontecem diversas atividades que incluem os cidadãos. (FARANAK, 2016)

Esta nova paradigma é denominado planejamento insurgente, ou planejamento conflitivo, e busca um rompimento real em relação ao planejamento inclusivo liberal, pois ao invés da lucratividade, sua prioridade seriam mudanças de mentalidade sobre o que é o planejamento urbano. As práticas insurgentes almejam uma inclusão autodeterminada, onde as pessoas tenham direitos reais, poder de decisão e pratiquem isto. A descentralização do papel representativo proporciona seu funcionamento. (FARANAK, 2016)

Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é, portanto, com as práticas e não com seus atores. (FARANAK, 2016, p.368)

Se o planejamento estratégico induz ao consenso e à alienação, o planejamento insurgente sugere justamente o contrário, induzindo as práticas conflituosas e à politização no espaço urbano. Ele propõe o desafio de incluir as ações dos cidadãos às normas do estado democrático liberal e reconhece a possibilidade de novas ações. Os três princípios sugeridos pelo planejamento insurgente são: A transgressão do tempo e do lugar de ação, o teor anti-hegemônico e anticapitalista das mesmas, que colabora com a desestabilização das relações de dominação, e por fim a imaginação, imprescindível para recuperar o ideal de uma sociedade mais justa e democrática. (FARANAK, 2016)

3.2. Arquitetos urbanos – uma atuação mais crítica

O cotidiano pode ser a base de intensificação tanto da participação quanto da alienação da sociedade, e a construção do espaço urbano tem responsabilidade determinante nesta escolha. JACQUES, 2012

Para Jacques (2012), guardando as diferenças entre a arquitetura vernácula – predominante nos “espaços-movimento”¹¹ e a arquitetura e urbanismo tradicionais –predominante nos espaços luminosos-, nossa ação profissional deve ser em função de preservar as características e garantir qualidade urbanística através de ações coerentes para cada realidade.

Para uma atuação efetiva e realmente coletiva, a participação popular é imprescindível, e quem orientaria este processo seria o “arquiteto-urbano”¹², um tipo de profissional que desempenha novos papéis em atuações coletivas realizadas nos espaços-movimento. Suas funções seriam: intervir em situações urbanas extremas, organizar e gerir os fluxos pré-existentes, servir como um mediador e interlocutor que auxilia na articulação de diversos atores urbanos, seguir os movimentos iniciados pela população e orientar sem a necessidade de um projeto convencional e engessado, como é na arquitetura formal.

O formalismo e a luta contra o movimento pré-existente que a arquitetura formal prioriza, fixando formas através do projeto convencional, não funciona bem no espaço-movimento, inibindo as ações e a participação real da comunidade. Em projetos guiados pelo arquiteto-urbano, a prioridade não seria mais a realização de grandes “obras arquitetônicas”, mas sim a realização de intervenções discretas, sem a importância da assinatura, exaltando os trabalhos coletivos e anônimos, como já é no espaço-movimento.

¹¹ Espaço-movimento: Termo criado por Paola Berenstein para se designar aos espaços da favela, que estão sempre em mutação.

¹² “Arquiteto Urbano” é um termo criado pela autora para ilustrar a resignificação do papel, dos modos de atuação e da função social do profissional de arquitetura e urbanismo.

Urbanizar através de uma metodologia de ação adequada à estética local, sem projeto formal, é uma possibilidade real não só nestes espaços, mas em todos os outros também, sobretudo nas “áreas de transição”, colaborando com o declínio de alguns muros psicológicos criados pelo imaginário popular. Os situacionistas, liderados por Guy Debord¹³, acreditavam que a revolução cultural e social viria através da revolução urbana, lutavam contra a espetacularização na sociedade e praticavam um urbanismo não-espetacular através da construção de situações.

Criticavam o urbanismo moderno por seu caráter anti-participativo e entendiam a cidade como um terreno de ação. Atuavam através de micro intervenções mínimas que apenas continuavam os fluxos espontâneos e já iniciados. O Urbanismo Unitário praticado pelos situacionistas, lutava contra a segregação através de ações participativas, feitas realmente pelos cidadãos, de forma anti funcionalista e revolucionária, com grande importância na luta contra a passividade e o consenso na sociedade.

Os pensadores Marx e Engels também são exemplos de como os intelectuais podem e devem se aproximar dos problemas do povo. Chegaram a confeccionar jornais informativos, e outros materiais que discutiam sobre as situações nas fábricas e na cidade, levando informação à toda a população a partir de micro resistências como estas.

Atualmente existem duas principais correntes práticas e teóricas no urbanismo. São elas: a conservadora/ pós-moderna, que luta pela museificação urbana e pelo congelamento do existente, e a corrente progressista / neoliberal, que acredita na substituição através da destruição do existente, configurando os espaços terminais do capitalismo.

É preciso aproveitar o momento de crise no planejamento e na noção de cidade para repensar as formas de vida na sociedade contemporânea. Um novo caminho é possível para mudar as situações urbanas atuais. Diante da

¹³ Guy Debord foi um escritor francês, liderou durante algum tempo a internacional situacionista, movimento internacional de cunho político e artístico.

esquizofrenia do planejamento, mudanças de postura e de mentalidade se fazem urgentes na busca por novos caminhos, mais justos e democráticos.

Os arquitetos deveriam então deixar de lado uma certa postura egocêntrica, a fim de organizar os fluxos e promover uma arquitetura cidadã ao invés de praticar e exaltar apenas a arquitetura autoral. Desnaturalizar processos, subverte-los e reinventá-los, além de procurar novos meios de atuar, interagir e intervir nestas situações urbanas extremas, onde os procedimentos usuais já não abrangem mais a totalidade das problemáticas urbanas.

O foco do arquiteto urbano é atravessar os preconceitos enraizado pelas práticas de arquitetura e urbanismo tradicionais, bem como os limites do espaço movimento. Priorizam a “participação no lugar do espetáculo” e “o movimento no lugar do monumento”, além de lançar contrapontos aos conceitos hegemônicos. O caminho não seria mais nenhum extremo, e sim o entre, nos limites, servindo como uma passagem ou abertura entre eles.

O arquiteto urbano, ao propor trocas e negociações entre os mais diversos atores urbanos, possibilitaria a coexistência de diferentes funções e interpretações urbanas, promovendo a participação de todos na construção coletiva da cidade. (JACQUES, 2012, p.155)

A valorização da alteridade e da diversidade na construção das cidades, bem como a sensibilidade aos fluxos e respeito às diferenças e relações distintas também são traços que marcam a atuação deste profissional.

4. Análise sócio territorial do Morro da Boiada – Um estudo de caso sobre a escala bairro em contexto de vulnerabilidade social

Pretende-se nesta parte do trabalho, fazer uma apresentação inicial sobre o Bairro Santo Antônio do Paraibuna –local escolhido para a realização das ações pretendidas no TCC II-, apontando seus aspectos sociais e territoriais, bem como alguns pontos de sua estrutura urbanística, a fim de entender a realidade atual do local.

O bairro é a unidade mínima de urbanização, se caracteriza pelo “sentimento de localidade”. Forma uma escala micro local, que permite relações de vizinhança. É onde os moradores tem a consciência de pertencer. Não é um limite administrativo, mas sim uma entidade cultural e antropológica.

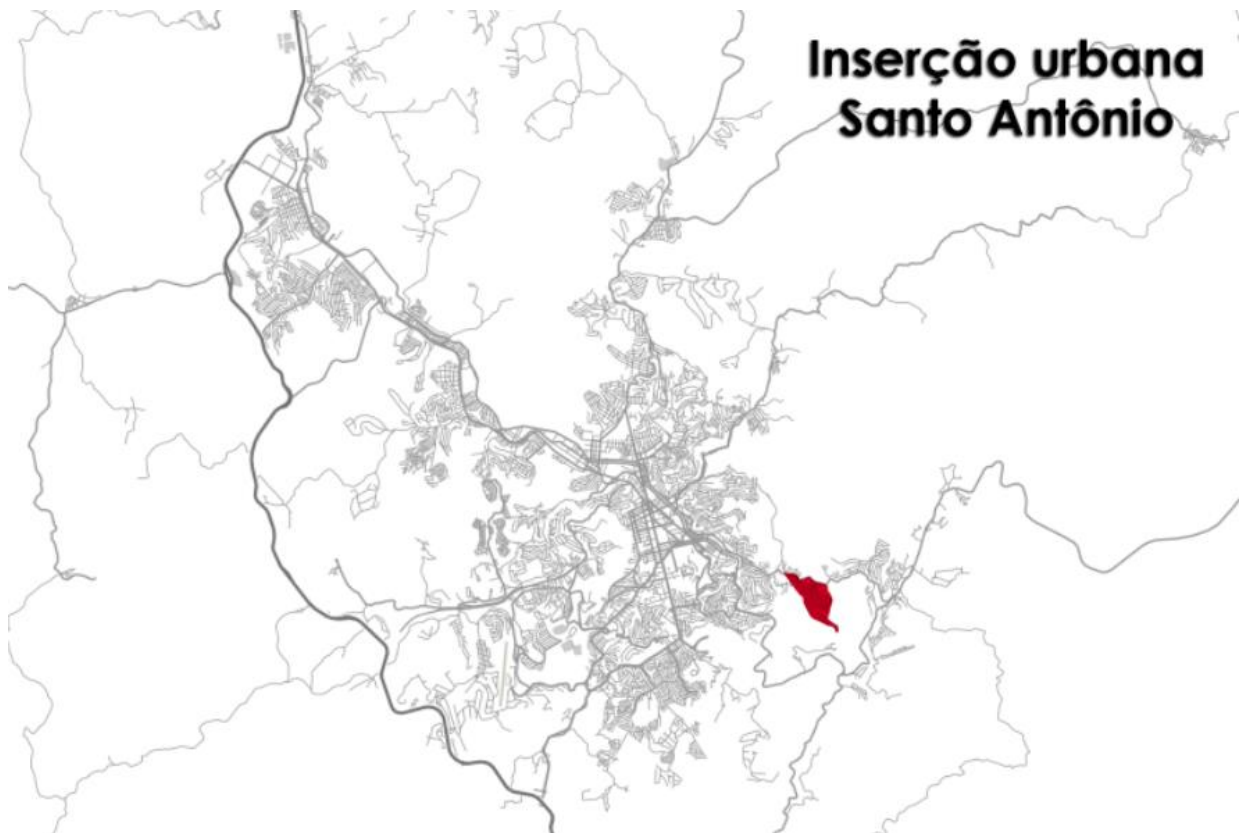
Lugar de transição, onde as pessoas não são íntimas nem anônimas. Seu recorte é muitas vezes determinado por limites geográficos transitórios que variam de acordo com as transformações “oficiais” e as transformações do ponto de vista do observador. O conflito é intrínseco à sua dinâmica, pois compartilhar um mesmo espaço sempre gera disputas e negociações.

O bairro é lugar onde se pode experimentar processos de conquista coletiva, como por exemplo: hortas comunitárias, mutirões, coleta seletiva independente, festas, etc. E processos como a verticalização urbana e a privação do direito à cidade deixam a vida mais acelerada e reduzem a noção de comunidade, localização geográfica e posição sócio econômica. Diante dos atuais modelos excludentes de cidade, é urgente mapear e dar visibilidade aos bairros, sobretudo aqueles de maior vulnerabilidade social, nos envolver, em espaços e práticas de vizinhança que ainda resistem à aceleração urbana. É preciso fortalecer estes lugares e modos de vida, que ajudam a firmar relações afetivas e políticas nos trajetos diários.¹⁴

¹⁴ Trechos adaptados do Plano de Bairro – Caderno Calafete, realizado pelo grupo Micrópolis da UFMG

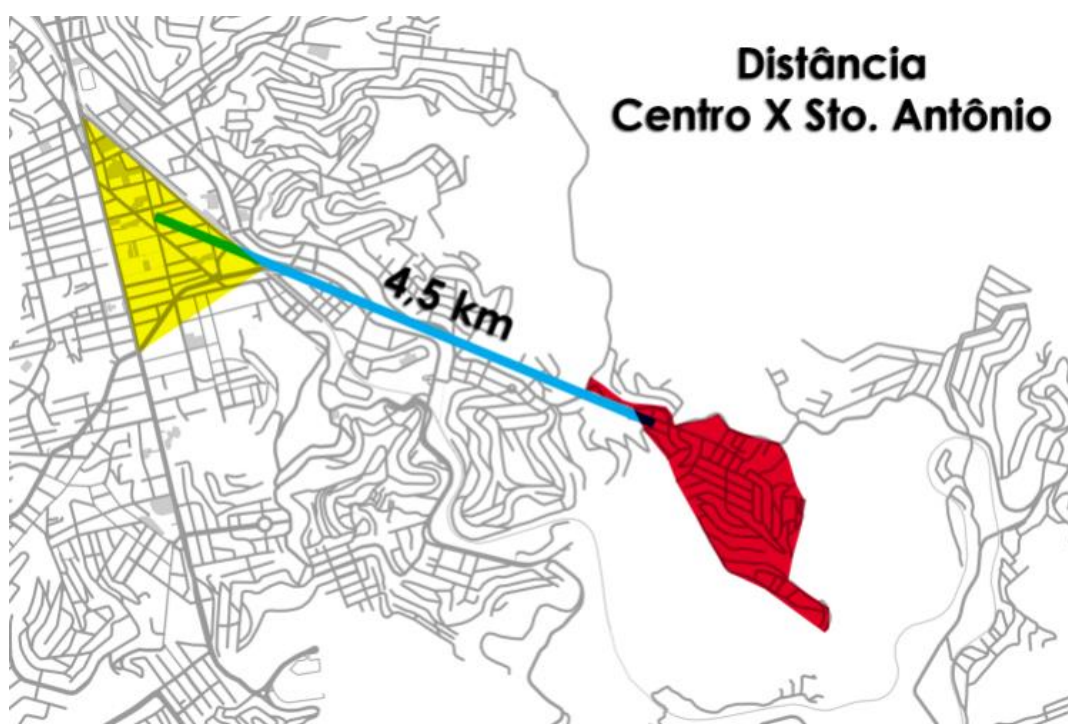
4.1. – Recorte e localização

Figura 10- Inserção urbana do bairro Santo Antônio do Paraibuna em Juiz de Fora.



Fonte: Base obtida através do site: <http://maps.stamen.com> e adaptado por Tássia Rocha, em 30/06/2017.

Figura 11- Centro x bairro Santo Antônio.



Fonte <http://maps.stamen.com> e adaptado por Tássia Rocha, em 30/06/2017.

4.2. – Breve histórico - Por que o Santo Antônio do Paraibuna?

A escolha do bairro se deu principalmente por sua importância histórica na formação da cidade de Juiz de Fora. O período de maior crescimento das cidades na história do Brasil, corresponde à época de mineração aurífera em MG, no início do século XVIII. Por volta de 1703 foi construída uma estrada chamada “Caminho novo”, que permitia um controle maior do ouro que era extraído, a fim de evitar seu contrabando.

A região da Zona da Mata mineira, que era antes formada por mata fechada e índios, passou a ser utilizada a partir da construção do caminho novo e uma nova dinâmica começa a ocorrer neste caminho, pois às suas margens foram implantados postos de fiscalização que originaram as cidades de Barbacena e Matias Barbosa.

Na mesma época, outros povoados foram surgindo ao longo deste caminho, em função da presença de hospedarias e armazéns ao longo do caminho. O Santo Antônio do Paraibuna foi o primeiro povoado a surgir desta forma, e deu origem à cidade de Juiz de Fora.

Também haviam grandes fazendas em proximidade com o local, que até hoje guarda vestígios desta época. É importante pontuar que a religião sempre foi um fator determinante na história e consolidação do bairro.

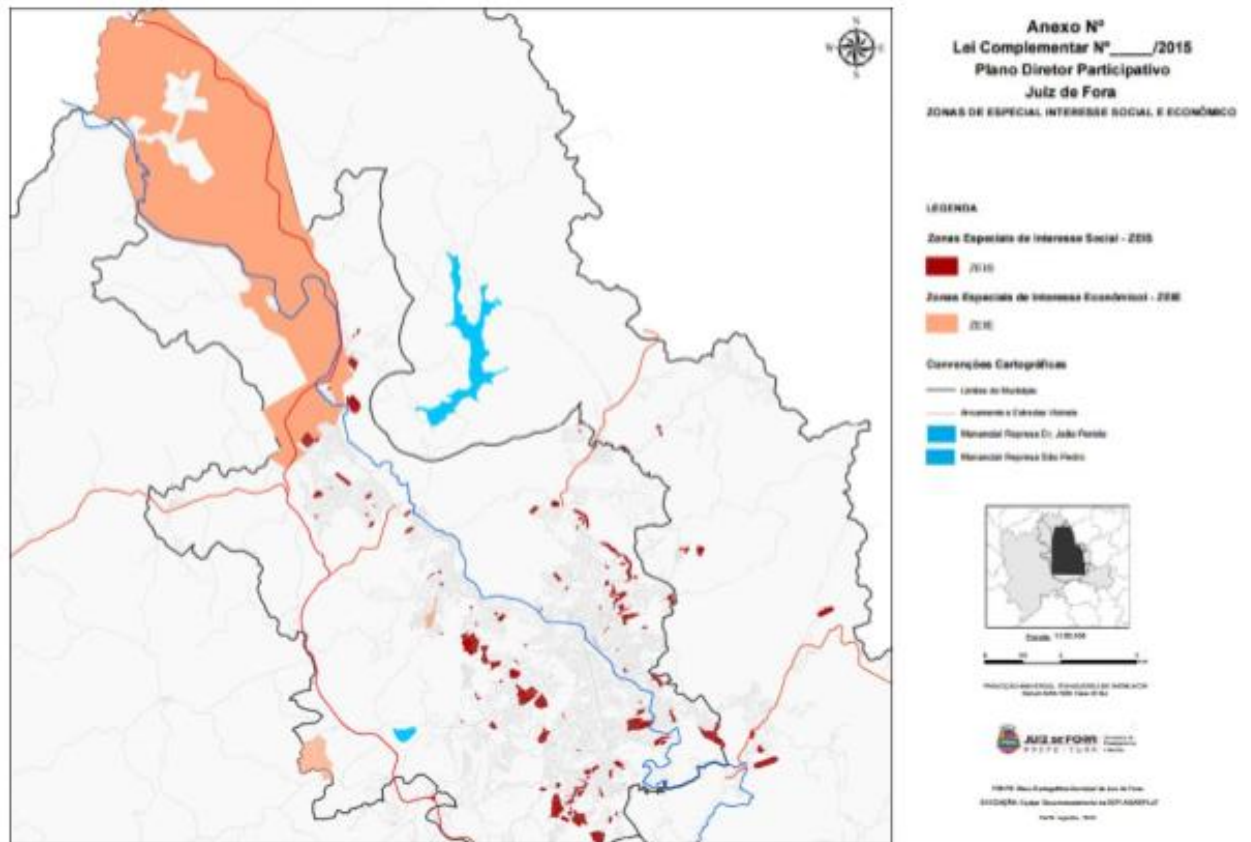
Apesar da grande importância do Santo Antônio para o surgimento de Juiz de Fora, anos mais tarde, com a mudança no vetor de crescimento da cidade em direção ao bairro Graminha, o local, que já era caracterizado pela intensa presença da classe trabalhadora, cresceu e se desenvolveu de forma não-planejada e autoconstruída. Acompanhou também as mudanças mundiais e a acentuação da segregação e da exclusão são uma realidade hoje no bairro, que continua em constante movimento.

4.3. O perfil social do bairro

O bairro faz parte das 87 Áreas de Especial Interesse Social da cidade identificadas pelo Plano Diretor (2000), e em 2004 (p.334) o mesmo documento define estes locais como: áreas de favela, ocupação ou loteamento irregular, não titulado, clandestino ou abandonado, devendo ser declaradas de especial interesse exatamente para fins de sua regularização urbanística e fundiária.

Em 2007, a partir de dados levantados pela SPGE (Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica) e da atualização de cadastro destas áreas realizada pelo CPS (Centro de Pesquisas Sociais) da UFJF, o PMH (Plano Municipal de Habitação) contestou os números apontados no Plano Diretor, subindo estes números para mais de 144 AEIS na cidade, que abrigavam aproximadamente 12.744 moradias. O mapa a seguir, elaborado pelo Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora em 2015, aponta as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) e Econômico (ZEIE), bem como as AEIS, relacionadas no mapa de acordo com a situação fundiária, a oferta de serviços públicos, a infraestrutura urbana e áreas de risco.

Figura 12- Mapa do PDDU (2015) que mostra as Zonas de Especial Interesse Social e Econômico da cidade.



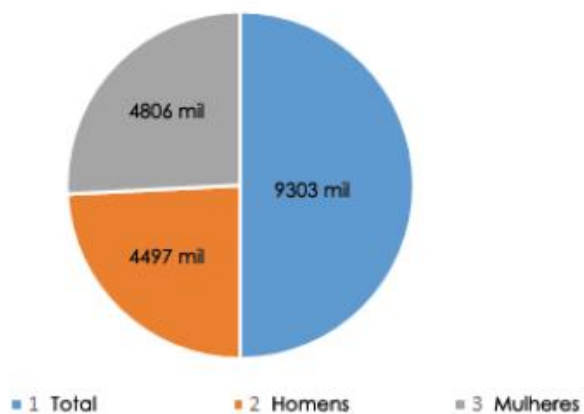
Fonte: Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora (2015).

De acordo com o Atlas Social de Juiz de Fora (2006), o bairro Santo Antônio também faz parte das Microáreas de Exclusão Social (MAES), classificadas como as regiões constituídas por:

[...] células territoriais com os mais diferentes graus de precariedade nas condições de vida, consideradas não apenas sob o aspecto econômico, mas também no tocante a urbanização – infraestrutura e habitação –, a titularidade da terra e a riscos de caráter físico-ambiental no local de sua inserção [...] que incluem desde espaços totalmente segregados e desprovidos de qualquer infraestrutura, cravados no meio urbano, até áreas já urbanizadas onde persistem ainda problemas socioeconômicos. (ATLAS SOCIAL, 2006, p.169).

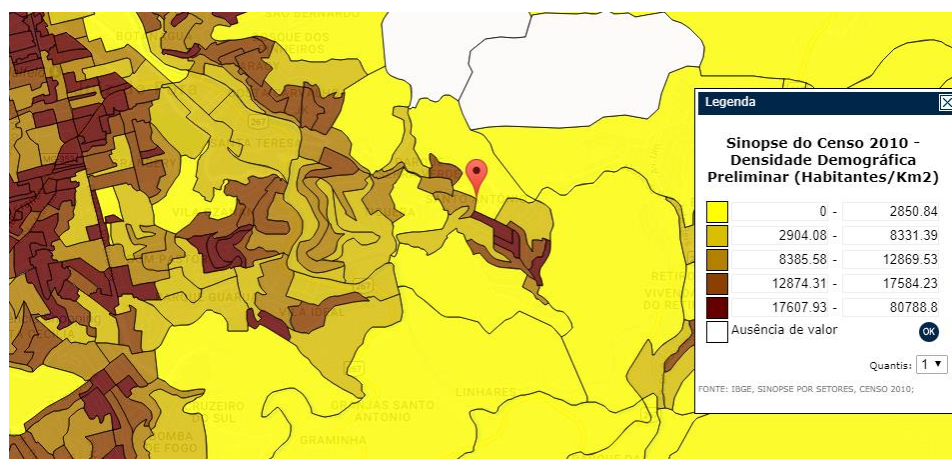
Figura 13- Gráfico extraído de pesquisa do IBGE (2016).

População residente por situação de domicílio e sexo



Fonte: Pesquisa IBGE 2016 realizada em Juiz de Fora.

Figura 14- Densidade demográfica preliminar.



Fonte: Censo 2010

Figura 15- Igrejas católicas, ONG's, espaços públicos e de lazer do bairro.



Fonte: Base do Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

Figura 16- Maiores terrenos desocupados com potencial de utilização.



Fonte: Base do Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/07/2017.

Figura 17- População residente no bairro por cor ou raça.

| Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros | População residente | | | | | |
|--|---------------------|-------------|-------|---------|-------|----------|
| | Total | Cor ou raça | | | | |
| | | Branca | Preta | Amarela | Parda | Indígena |
| Santa Efigênia | 7 669 | 2 722 | 1 753 | 55 | 3 135 | 4 |
| Santa Luzia | 14 100 | 7 303 | 2 706 | 114 | 3 936 | 41 |
| Santa Rita de Cássia | 6 159 | 2 003 | 1 925 | 135 | 2 095 | 1 |
| Santa Terezinha | 10 456 | 6 873 | 1 113 | 26 | 2 437 | 7 |
| Santo Antônio do Paraibuna | 9 303 | 3 723 | 1 954 | 39 | 3 581 | 6 |
| São Benedito | 14 693 | 6 041 | 3 375 | 214 | 5 012 | 51 |
| São Bernardo | 3 649 | 2 566 | 340 | 7 | 734 | 2 |

Fonte: IBGE 2011

Figura 18- Barracos que foram construídos pela prefeitura no bairro Santo Antônio para assentar população removida da antiga Vila da Prata.



Fonte: Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 16. dez. 1981. p.7.

4.4. Políticas públicas e legislação vigente

Durante a realização desta pesquisa, foi possível observar a carência histórica de políticas públicas com foco para micro área do bairro Santo Antônio. Assim como para outras AEIS, não existe por parte da prefeitura uma preocupação com o planejamento em escala bairro. Em contrapartida, estas áreas são as mais carentes da cidade nesse sentido, pois se consolidaram em grande maioria através de ocupações irregulares e autoconstrução.

Em entrevista realizada com o Engenheiro Paulo Roberto da Silva, secretário de atividades urbanas durante o governo Custódio Mattos (ANO-ANO), foi relatada e confirmada a falta de políticas e planos locais. Segundo o engenheiro, a grande maioria das intervenções no local, foram realizadas em caráter emergencial. Em relação ao saneamento básico por exemplo, ocorreu uma grande obra na época, realizada em função da ocorrência de intensos alagamentos na parte mais baixa do bairro, que topograficamente forma um grande vale.

Foi encontrada também, uma lei, sancionada em 1993, que prevê um plano de “Loteamento Popular Municipal” no Alto Santo Antônio. Entretanto, ocorreu em função da necessidade extrema de realizar uma regularização fundiária no local. Mais uma vez, uma ação realizada de forma emergencial. Abaixo, imagem do site da prefeitura que

LEI Nº 8277 - de 19 de julho de 1993.

Dispõe sobre a concessão de uso, como direito real resolúvel, das áreas públicas que menciona e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Prefeito Municipal autorizado a conceder o uso como direito real resolúvel, aos seus ocupantes, dos lotes constantes do plano do “Loteamento Popular Municipal Alto de Santo Antônio”, localizado no Bairro Santo Antônio do Paraibuna.

Art. 2º - A área objeto da concessão de direito real de uso será utilizada pelo concessionário exclusivamente para fins de moradia para uso próprio e dos familiares, vedada a sua transferência pelo prazo de 08(oito) anos.

Parágrafo Único - Transcorrido o prazo mencionado neste artigo, o concessionário poderá transferir a concessão, desde que haja expressa anuência do Município concedente.

Art. 3º - A concessão de uso de que se trata esta lei será outorgada por prazo indeterminado e a título gratuito, somente se resolvendo na hipótese de o concessionário dar à área destinação diversa da estabelecida no artigo anterior.

Art. 4º - É o Prefeito Municipal autorizado a regularizar as construções situadas nos lotes referidos no Art. 1º, desde que o concessionário do lote apresente requerimento contendo a descrição das obras realizadas, dispensada a apresentação de planta.

§ 1º - Se em ordem, o pedido será deferido e expedido o Termo de Regularização de Edificação.

§ 2º - A elaboração de planta será obrigatória quando houver solicitação de Aprovação do Projeto de Construção ou acréscimo nas edificações já existentes nos lotes referidos no “caput” deste artigo, constatada no termo de Regularização de Edificação próprio.

Art. 5º - Ficam remittidos os créditos tributários provenientes das taxas de licença para execução de obras e urbanização de áreas particulares e serviços diversos, devidos em decorrência dos pedidos de regularização de edificações construídas no “Loteamento Popular do Município Alto do Santo Antonio”.

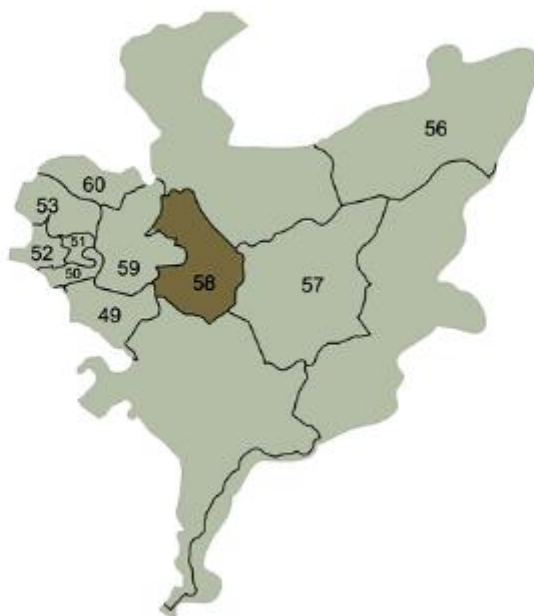
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 19 de julho de 1993.

a) CUSTÓDIO MATTOS - Prefeito de Juiz de Fora.
a) SUELI REIS DE SOUZA - Secretária Municipal de Administração.

Em divisão das regiões urbanas baseadas em pesquisa do IBGE e disponível no site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJF), a zona 58 é composta por:

Figura 19- Mapa da região sudeste disponível no site da prefeitura.



Modificado pela autora. Fonte: https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa_sudeste.php

Figura 20- Regiões urbanas dentro da região sudeste de Juiz de Fora segundo dados do IBGE, em 2003 disponível no site da PJF.

| Região Urbana - PJF | RU - PJF/IBGE | Bairros e/ou Loteamentos Componentes | Área/ hectare | População 2000 | Densidade 2000 | Crescimento 1996-2000 |
|---------------------|--------------------|--|---------------|----------------|----------------|-----------------------|
| 49 | Vila Ideal | Vila Ideal, Solidariedade, Parque Atlanta | 93 | 5827 | 62,7 | 18,48% |
| 50 | Vila Olavo Costa | Vila Olavo Costa | 29 | 4453 | 153,6 | -0,69% |
| 51 | Furtado de Menezes | Vila Furtado de Menezes | 19 | 2653 | 139,6 | -14,50% |
| 56 | Floresta | Floresta, Florestinha | 450 | 995 | 2,2 | 18,03% |
| 57 | Retiro | Retiro, Jardim Esperança, Granjas Bethel, Granja Paraíso, Vila Santo Antônio, Vila São José, Vila da Conceição, Vivendas do Retiro | 395 | 7098 | 18,0 | 19,12% |
| 58 | Santo Antônio | Santo Antônio, Parque Serra Verde | 181 | 8628 | 47,7 | 14,67% |
| 59 | Lourdes | Lourdes, Tiguera | 156 | 7104 | 45,5 | 10,91% |
| 60 | Costa Carvalho | Costa Carvalho, Bairro Aracy, Bairro JK, Jardim da Lua, Porto do Sol | 75 | 7525 | 100,3 | 6,98% |

Fonte: IBGE/2003

Fonte: https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa_sudeste.php

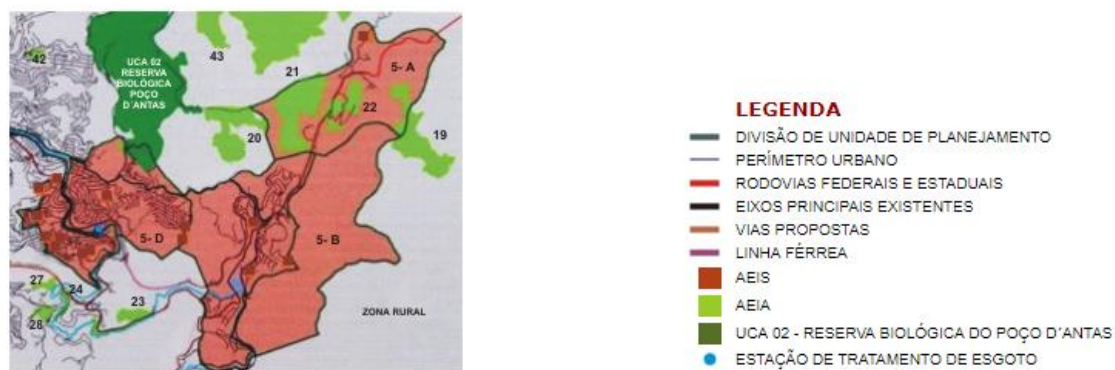
Figura 21- Pedaco da tabela de unidades de planejamento do PDDU-2000.

| | | |
|-------------|---------|--|
| 5 - Lourdes | UP - 5A | 71-Granjas Bethel 72-J.D. Esperança 73-Retiro 74-Floresta |
| | UP - 5B | |
| | UP - 5C | 75-Santo Antônio 81-N. Sa. Lourdes |
| | UP - 5D | 76-Vila Ideal78-Olavo Costa79-Furtado de Menezes |

Fonte: <http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/pddu/quadr8.htm>

Figura 22- Mapa da região de planejamento 5 do PDDU-2000.

REGIÕES DE PLANEJAMENTO - (05) RP LOURDES



Fonte: <http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/pddu/map8.htm>

4.5. Desenho urbano e malha viária

O desenho urbano do Santo Antônio pode ser caracterizado como irregular, anárquico, formado por diferentes tipos de aglomerações. Apesar de o centro do bairro ter uma malha viária regular, a maioria das ruas são mais estreitas e tortuosas, além de vielas sem pavimentação que também se integram ao tecido urbano ao longo do tempo.

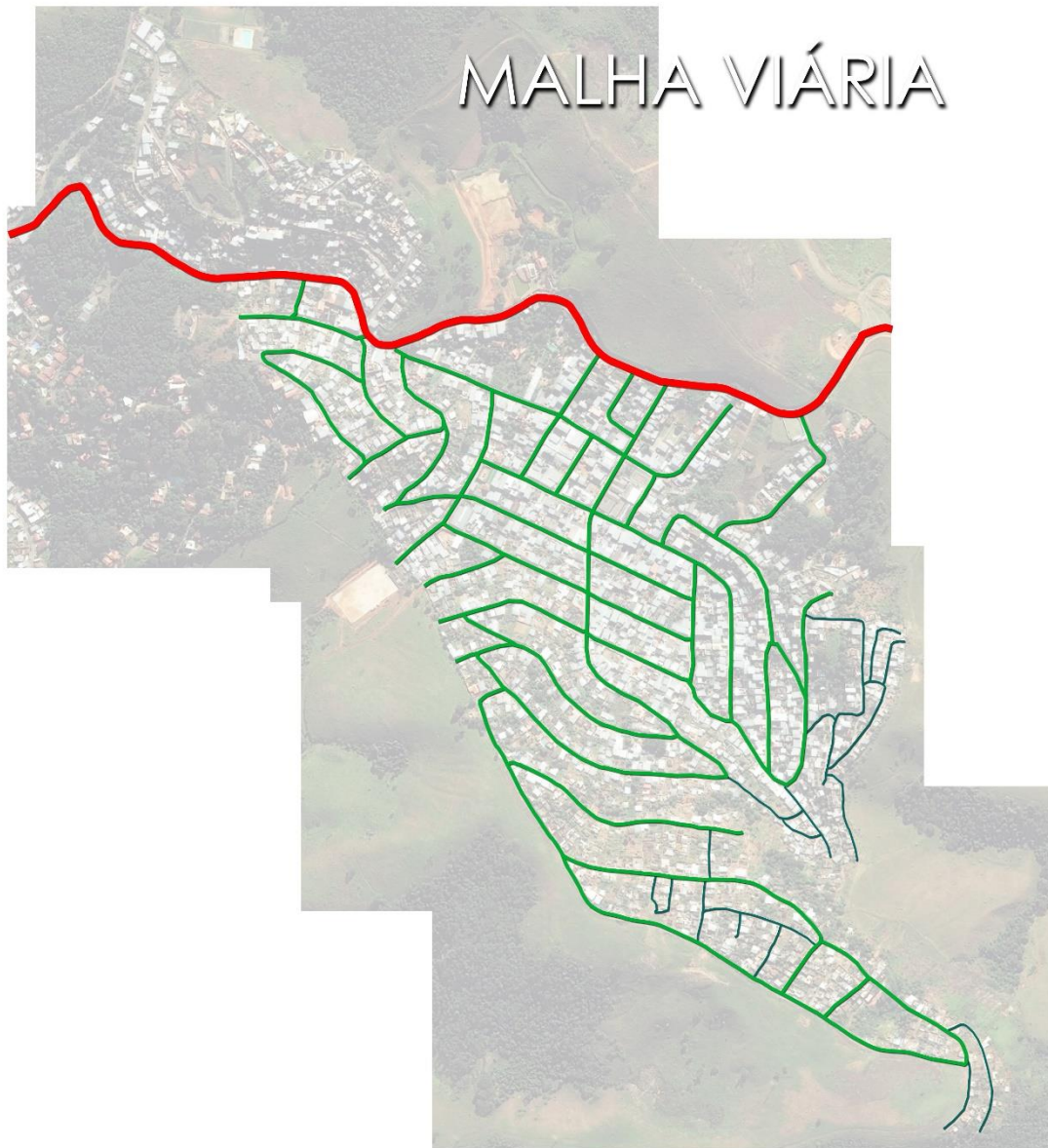
Esta característica, comum aos espaços-movimento da cidade, tem pontos favoráveis, como as relações de vizinhança mais próximas, a facilidade em realizar percursos a pé, a redução da utilização do automóvel e a fácil adaptação comercial, entretanto são vários os inconvenientes, como por exemplo a dificuldade de acesso com automóvel em alguns pontos e os obstáculos que precisam ser vencidos, como escadarias, ruas mais íngremes e com traçados sinuosos. Foram elaborados dois mapas a partir da divisão territorial por linhas de ônibus, a fim de possibilitar um entendimento melhor deste panorama.

Figura 23- Mapa de Desenho Urbano.



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

Figura 24- Malha viária do bairro



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

4.6. As divisões territoriais do bairro

Em um bairro extenso como o Santo Antônio, muitos são os aspectos que influenciam na delimitação concreta da região. Acreditamos que o sentimento de localidade é um dos fatores primordiais para tal definição, mais importante até do que a divisão política, entretanto, esta etapa que contará com a participação fundamental da população, será realizada na próxima parte do trabalho, de forma participativa. Aqui analisaremos o recorte através da divisão territorial política, divisão topográfica, divisão social ocasionada em função das linhas de ônibus e divisão censitária, a fim de traçar um panorama inicial sobre os limites deste território.

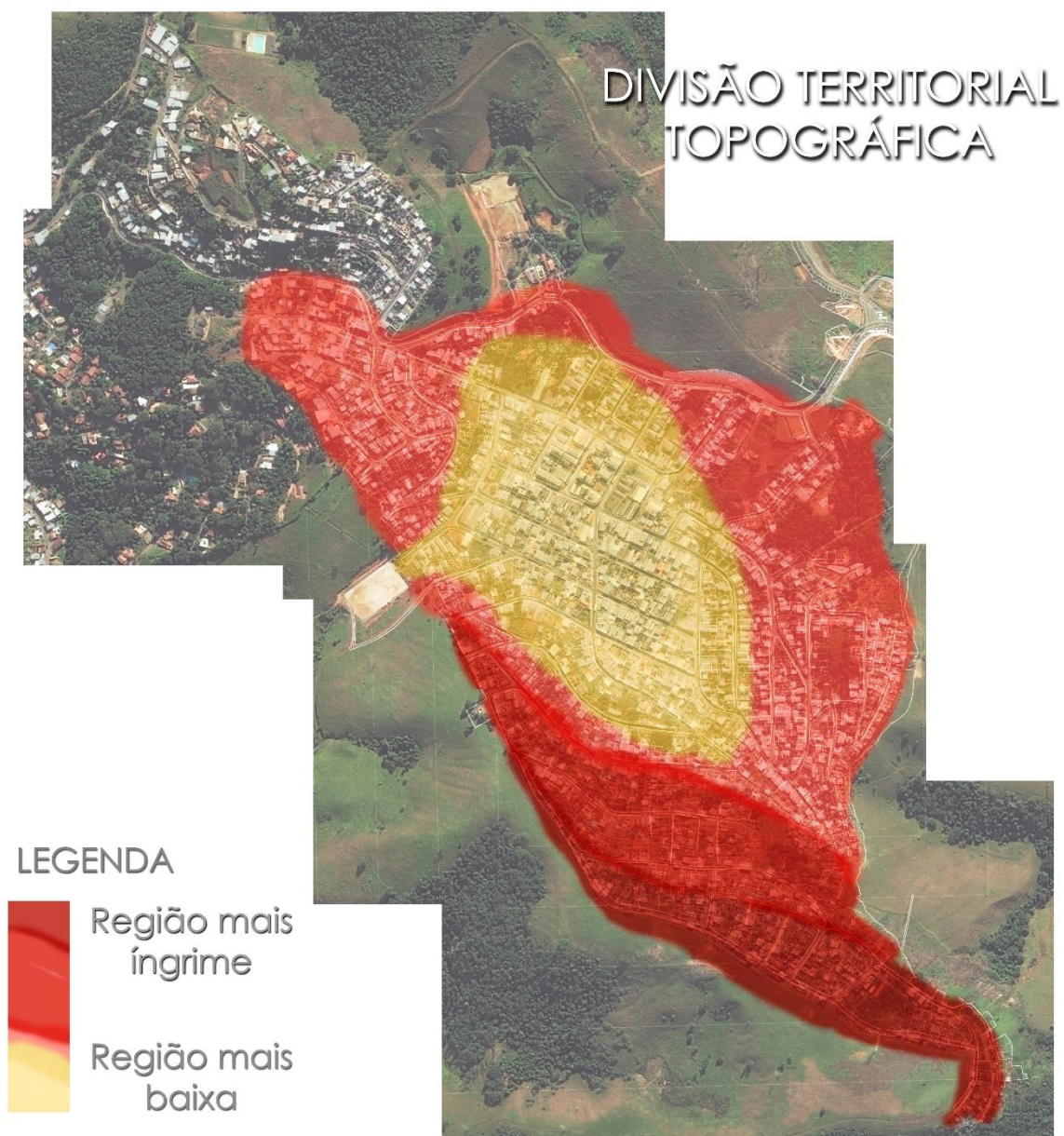
A divisão territorial topográfica foi analisada levando em conta apenas a parte do bairro Santo Antônio do Paraibuna e é definida pelas diferenças da região mais íngreme até a região mais baixa do bairro. Esta segmentação é criada tendo em vista as condições geográficas do local, e as regiões mais altas são também as de traçado urbano mais irregular e condições de urbanização mais desfavoráveis. A divisão territorial política, diz respeito à região urbana 58 apresentada em item anterior, disponível em site da prefeitura, que engloba as áreas do bairro Santo Antônio e do Parque Serra Verde.

Figura 25-Divisão territorial definida pela prefeitura.



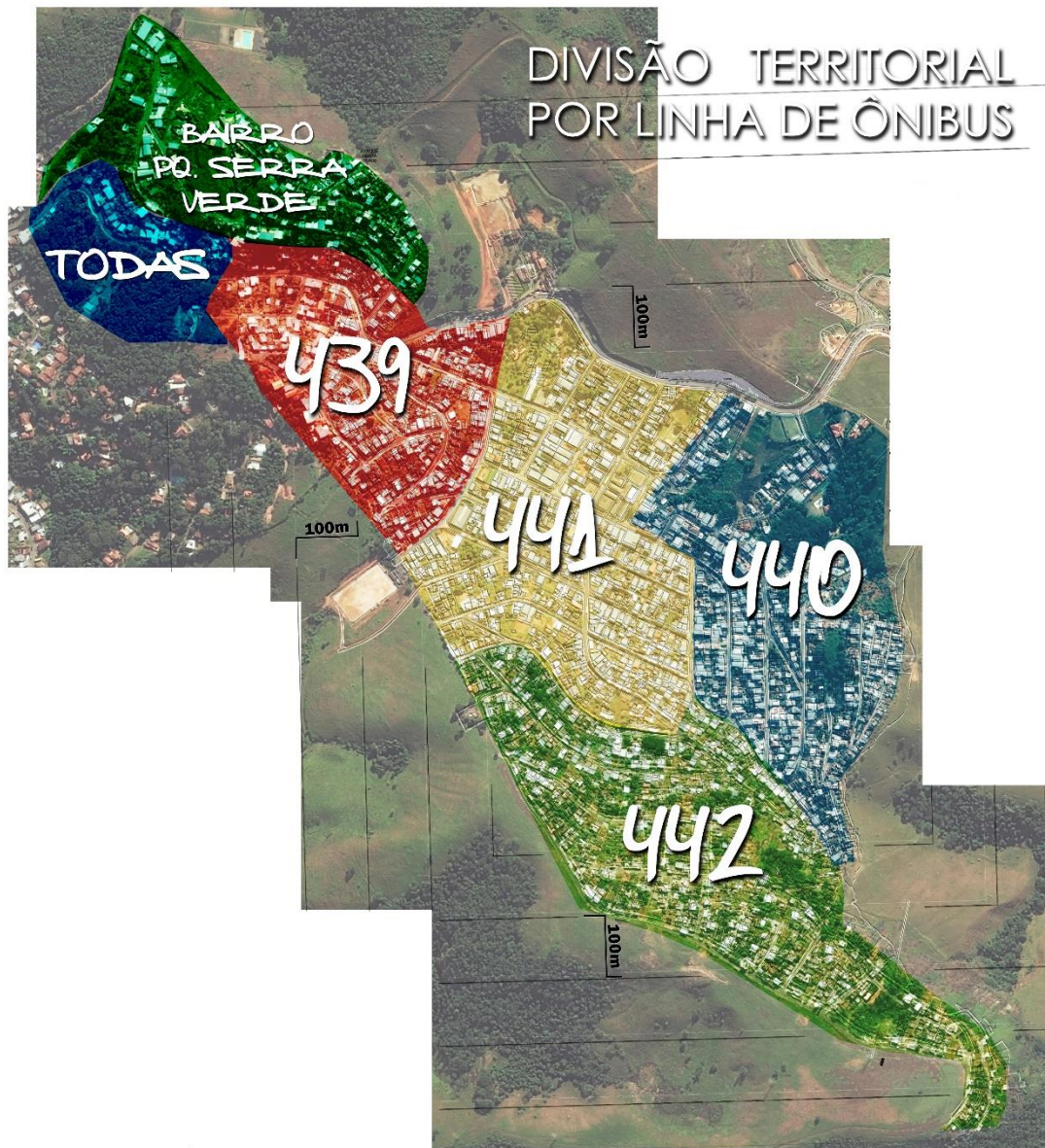
Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

Figura 26- Mapa da divisão territorial topográfica, bairro Santo Antônio do Paraibuna.



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

Figura 27- Divisão territorial por linha de ônibus.



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

4.7. Evolução urbana por setor

Figura 28- Evolução urbana 2005-2016.



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

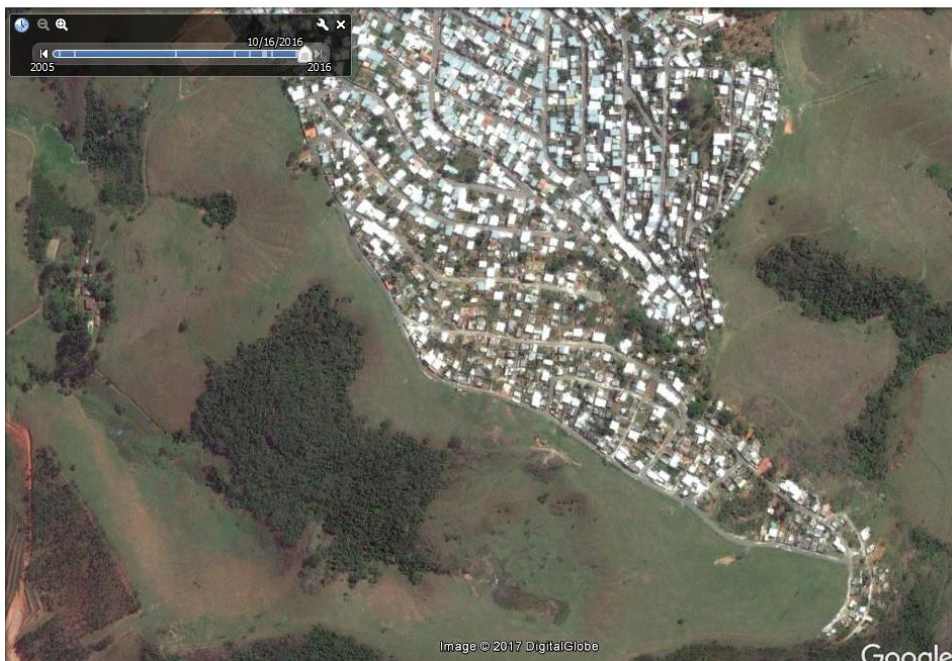
Figura 29- Evolução urbana 2005-2016.



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

Figura 30- Evolução urbana 2005-2016.

Região
aproximada
2005-2016



Fonte: Base Google Earth. Adaptado por Tássia Rocha em 30/06/2017

5. Conclusão

A partir desta pesquisa, foi possível concluir que há uma grande carência das cidades por uma atuação mais ampla do arquiteto-urbanista, e esta pode começar a ser suprida se cada um de nós, entendendo a urgência das situações urbanas, assumirmos uma postura mais sensível socialmente e ativa politicamente, visando mudanças estruturais e efetivas no processo de produção do espaço urbano.

Não seria o caso de “trocar” um “tipo” de arquiteto por outro, mas sim ser um novo tipo de profissional, que valoriza o impacto social de suas ações mais que a autoria de suas obras de arte. Para começar, precisamos reconhecer todos os espaços da cidade como “dignos” de receber planejamento, investimento, intervenções e benefícios.

Deveríamos também, entender que todos os cidadãos têm direito à moradia digna, salubre e adequada, e se temos as ferramentas necessárias para proporcionar mudanças positivas à vida das pessoas, todas elas deveriam ter acesso aos nossos serviços.

Como visto anteriormente, nossa função é justamente descobrir formas de popularizar e democratizar o acesso ao profissional, então é necessário também reconhecer todas as formas de ação como possíveis, e inclui-las no repertório, para que em algum momento possamos chegar a um novo “idioma de planejamento”¹⁵ que vai em direção a um futuro diferente.

Ao mudar os sujeitos da teorização – do planejador para o planejamento e do arquiteto para a arquitetura-, a ideia de igualdade e horizontalidade ganha espaço e é possível enxergar através deste novo olhar, caminhos e alternativas para os espaços urbanos.

Na segunda etapa desta pesquisa, pretende-se realizar uma análise urbana mais abrangente e aprofundada, além de realizar algumas ações concretas, através

¹⁵ Termo utilizado por Ananya Roy (professora de planejamento urbano na Universidade da Califórnia, Berkeley) para designar o conjunto de práticas novas e alternativas às atuais que vem sendo explorado e praticado recentemente por diversos grupos de ativistas urbanos.

de uma atuação mais convergente com a ideia de “arquiteto urbano” e seguindo o conceito de práticas insurgentes.

Através de um processo aberto e que prioriza a participação da comunidade-ação condizente com as reflexões trazidas na presente pesquisa-, facilitamos a criação de redes, o fortalecimento político e as discussões urbanas em âmbito local, exercendo assim o nosso papel de mediar os diversos agentes urbanos e continuar os caminhos já iniciados nos espaços-movimento

Entendemos este processo como uma forma de micro resistir à lógica atual de planejamento urbano, pois ao democratizar informações e fomentar discussões em comunidades, estamos promovendo ações de educação urbanística que colaboram com enriquecimento da experiência urbana, bem como com o acesso o mapeamento e visibilidade dos espaços opacos. Através das micropolíticas podemos vislumbrar novos caminhos!

6. Referências bibliográficas

ASCHER, François – 2001. Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour, Éditions de l'Aube.

AZEVEDO, Lena ; FAULHABER, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. Vol. 1.

CHOAY, Françoise .*Urbanística y Semiologia* em “El significado en Arquitectura”, Org.Charles Jencks,pág.25

CHOAY, Françoise. L'allegorie du patrimoine. Paris: Seuil, 1992. [Trad. It.:L'Allegoria del patrimonio. Roma: Officina, 1995.]

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: qual o papel da profissão? *Arquitextos*, São Paulo, 12.133, Vitruvius, jul.2011. Disponível em:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>. Acesso em mai. 2017.

FURTADO, Celso; OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado: economia. São Paulo: Ática, 1983. 224p.

HARVEY, David. A condição Pós-moderna.São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAZAN, Vera M. “Cidade-Colagem”, Um Produto de Consumo da Sociedade Contemporânea. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife, 2007. Disponível em: 86 <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=152&Itemid=170>. Acessado em 03/07/2017

IBGE (2016). Indicadores sociais municipais. Juiz de Fora, IBGE.

JACQUES, Paola Berenstein Zonas de tensão: em busca de micro resistências urbanas. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. (Org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 106-119.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. O Planejamento e a questão fundiária. Ciência hoje – O futuro das metrópoles: caos ou exclusão social? Rio de Janeiro, vol. 38, p.16-23, jun.2006. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/cic3aanciahoje.pdf>

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado, metrópole brasileira, São Paulo, 1996.

MIRAFETAB, F. Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 18, n. 3, p. 363-377, set.-dez. 2016.

OLIVEIRA, Elaine. Revitalização dos centros urbanos: a luta pelo direito à cidade. 126f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). PPFH, UERJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/6790018/Revitaliza%C3%A7%C3%A3o_dos_Centros_Urbanos_Elaine_Freitas_de_Oliveira?auto=download

Rosa Artigas e José Tavares Correia de Lira (orgs.). Vilanova Artigas: caminhos da arquitetura. 4ª ed. Publicado originalmente em 1981. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SASSEN, S. As cidades na economia global. São Paulo: Studio Nobel, 1998 (Série Megalópolis).

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as Cidades Brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.